

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	8
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	16
DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	17

Demonstração do Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	80

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.828.112
Preferenciais	4.575.177
Total	7.403.289
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	13/02/2017	Juros sobre Capital Próprio	03/03/2017	Ordinária		0,04900
Reunião do Conselho de Administração	13/02/2017	Juros sobre Capital Próprio	03/03/2017	Preferencial		0,04900
Reunião do Conselho de Administração	13/02/2017	Juros sobre Capital Próprio	06/04/2017	Ordinária		0,11880
Reunião do Conselho de Administração	13/02/2017	Juros sobre Capital Próprio	06/04/2017	Preferencial		0,11880
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	03/04/2017	Ordinária		0,01500
Reunião do Conselho de Administração	10/11/2008	Dividendo	03/04/2017	Preferencial		0,01500

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	50.341.000	50.873.000
1.01	Ativo Circulante	2.208.000	2.467.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.026.000	666.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	437.000	310.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	437.000	310.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	437.000	310.000
1.01.03	Contas a Receber	508.000	1.006.000
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	508.000	1.006.000
1.01.03.02.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	508.000	1.006.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	237.000	485.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	237.000	485.000
1.02	Ativo Não Circulante	48.133.000	48.406.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	705.000	723.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	665.000	683.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	665.000	683.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	40.000	40.000
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	35.000	34.000
1.02.01.09.04	Outros Ativos	5.000	6.000
1.02.02	Investimentos	46.883.000	47.138.000
1.02.02.01	Participações Societárias	46.883.000	47.138.000
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.085.000	2.094.000
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	44.798.000	45.044.000
1.02.03	Imobilizado	85.000	85.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	85.000	85.000
1.02.04	Intangível	460.000	460.000
1.02.04.01	Intangíveis	460.000	460.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	50.341.000	50.873.000
2.01	Passivo Circulante	1.562.000	2.319.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	149.000	286.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	149.000	286.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	35.000	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais	114.000	286.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.413.000	2.033.000
2.01.05.02	Outros	1.413.000	2.033.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.410.000	2.028.000
2.01.05.02.05	Outros Passivos	3.000	5.000
2.02	Passivo Não Circulante	975.000	825.000
2.02.02	Outras Obrigações	15.000	0
2.02.02.02	Outros	15.000	0
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.000	0
2.02.03	Tributos Diferidos	12.000	4.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.000	4.000
2.02.04	Provisões	948.000	821.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	948.000	821.000
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	948.000	821.000
2.03	Patrimônio Líquido	47.804.000	47.729.000
2.03.01	Capital Social Realizado	36.405.000	36.405.000
2.03.02	Reservas de Capital	519.000	497.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	496.000	678.000
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	-204.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	18.000	18.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.000	6.000
2.03.04	Reservas de Lucros	12.243.000	12.370.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.050.000	954.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	11.193.000	10.174.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.242.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.369.000	-1.549.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	2.068.000	1.967.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.000	-11.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.000	4.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-220.000	-124.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-220.000	-124.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.296.000	2.098.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.068.000	1.967.000
3.06	Resultado Financeiro	21.000	19.000
3.06.01	Receitas Financeiras	41.000	40.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-20.000	-21.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.089.000	1.986.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-168.000	-18.000
3.08.01	Corrente	-142.000	-67.000
3.08.02	Diferido	-26.000	49.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.921.000	1.968.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.921.000	1.968.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,26000	0,26000
3.99.01.02	PN	0,26000	0,26000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,26000	0,26000
3.99.02.02	PN	0,26000	0,26000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	1.921.000	1.968.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	180.000	-286.000
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes de Controladas em Conjunto	179.000	-281.000
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes de Controladas	1.000	-5.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	2.101.000	1.682.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-106.000	17.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-231.000	-107.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	1.921.000	1.968.000
6.01.01.04	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.296.000	-2.098.000
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26.000	-49.000
6.01.01.06	Depreciação e Amortização	1.000	1.000
6.01.01.07	Variações Monetárias Líquidas	10.000	13.000
6.01.01.08	Provisões	107.000	58.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	125.000	124.000
6.01.02.01	Aumento em Ativos Financeiros	-127.000	-3.000
6.01.02.02	Redução em Outros Ativos	531.000	241.000
6.01.02.03	Aumento (Redução) em Provisões e Demais Passivos	-279.000	-114.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.680.000	1.800.000
6.02.01	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Recebidos	2.678.000	1.802.000
6.02.02	Aquisição de Imobilizado	0	-2.000
6.02.03	Venda de Ações	2.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.214.000	-1.974.000
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-2.214.000	-1.974.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	360.000	-157.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	666.000	802.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.026.000	645.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	36.405.000	503.000	12.370.000	0	-1.549.000	47.729.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	36.405.000	503.000	12.370.000	0	-1.549.000	47.729.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	22.000	-1.531.000	-517.000	0	-2.026.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-111.000	0	-111.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-406.000	0	-406.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	204.000	-204.000	0	0	0
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2017 - Exercício 2016	0	0	-1.242.000	0	0	-1.242.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-182.000	-85.000	0	0	-267.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.921.000	180.000	2.101.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.921.000	0	1.921.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	180.000	180.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.404.000	-1.404.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.404.000	-1.404.000	0	0
5.07	Saldos Finais	36.405.000	525.000	12.243.000	0	-1.369.000	47.804.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-108.000	-783.000	-532.000	0	-1.423.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-101.000	0	-101.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-431.000	0	-431.000
5.04.10	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2016 - Exercício 2015	0	0	-718.000	0	0	-718.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-108.000	-65.000	0	0	-173.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.968.000	-286.000	1.682.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.968.000	0	1.968.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-286.000	-286.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.436.000	-1.436.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.436.000	-1.436.000	0	0
5.07	Saldos Finais	32.325.000	546.000	13.307.000	0	-1.072.000	45.106.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.000	-8.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.000	-5.000
7.02.04	Outros	-2.000	-3.000
7.02.04.01	Convênio de Rateio de Custos Comuns	0	-1.000
7.02.04.02	Outros	-2.000	-2.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	-8.000	-8.000
7.04	Retenções	-1.000	-1.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.000	-1.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-9.000	-9.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.340.000	2.142.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.296.000	2.098.000
7.06.02	Receitas Financeiras	41.000	40.000
7.06.03	Outros	3.000	4.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.331.000	2.133.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.331.000	2.133.000
7.08.01	Pessoal	2.000	2.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.000	2.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	388.000	142.000
7.08.02.01	Federais	388.000	142.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.000	21.000
7.08.03.01	Juros	20.000	21.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.921.000	1.968.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	406.000	431.000
7.08.04.02	Dividendos	111.000	101.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.404.000	1.436.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	58.253.000	59.020.000
1.01	Ativo Circulante	6.249.000	6.747.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.607.000	2.434.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	437.000	310.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	437.000	310.000
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	437.000	310.000
1.01.03	Contas a Receber	985.000	934.000
1.01.03.01	Clientes	985.000	934.000
1.01.04	Estoques	875.000	907.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.345.000	2.162.000
1.01.08.03	Outros	1.345.000	2.162.000
1.01.08.03.01	Ativos Financeiros	880.000	1.441.000
1.01.08.03.02	Ativos Fiscais	365.000	636.000
1.01.08.03.03	Ativos Não Financeiros	100.000	85.000
1.02	Ativo Não Circulante	52.004.000	52.273.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.504.000	2.490.000
1.02.01.05	Ativos Biológicos	1.566.000	1.529.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	938.000	961.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	938.000	961.000
1.02.02	Investimentos	44.798.000	45.044.000
1.02.02.01	Participações Societárias	44.798.000	45.044.000
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	44.798.000	45.044.000
1.02.03	Imobilizado	3.711.000	3.742.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.711.000	3.742.000
1.02.04	Intangível	991.000	997.000
1.02.04.01	Intangíveis	991.000	997.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	58.253.000	59.020.000
2.01	Passivo Circulante	3.137.000	3.917.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	233.000	367.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	233.000	367.000
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	71.000	44.000
2.01.03.01.02	Outras	162.000	323.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	710.000	780.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	710.000	780.000
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	406.000	311.000
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	304.000	469.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.411.000	2.032.000
2.01.06	Provisões	783.000	738.000
2.02	Passivo Não Circulante	4.362.000	4.424.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.761.000	2.932.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.761.000	2.932.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.176.000	2.340.000
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	585.000	592.000
2.02.03	Tributos Diferidos	477.000	496.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	477.000	496.000
2.02.04	Provisões	1.124.000	996.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	50.754.000	50.679.000
2.03.01	Capital Social Realizado	36.405.000	36.405.000
2.03.01.01	Capital Social	36.405.000	36.405.000
2.03.02	Reservas de Capital	519.000	497.000
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	3.000	3.000
2.03.02.04	Opções Outorgadas	496.000	678.000
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	0	-204.000
2.03.02.07	Opções por Incentivos Fiscais	2.000	2.000
2.03.02.08	Outras Reservas de Capital	18.000	18.000
2.03.03	Reservas de Reavaliação	6.000	6.000
2.03.04	Reservas de Lucros	12.243.000	12.370.000
2.03.04.01	Reserva Legal	1.050.000	954.000
2.03.04.02	Reserva Estatutária	11.193.000	10.174.000
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.242.000
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.369.000	-1.549.000
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.950.000	2.950.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.178.000	1.109.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-921.000	-900.000
3.03	Resultado Bruto	257.000	209.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	1.858.000	1.771.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-157.000	-143.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-73.000	-82.000
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18.000	16.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-233.000	-157.000
3.04.05.01	Despesas Tributárias	-221.000	-124.000
3.04.05.02	Outras	-12.000	-33.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.303.000	2.137.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.115.000	1.980.000
3.06	Resultado Financeiro	-34.000	-38.000
3.06.01	Receitas Financeiras	106.000	94.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-140.000	-132.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.081.000	1.942.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-165.000	7.000
3.08.01	Corrente	-162.000	-80.000
3.08.02	Diferido	-3.000	87.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.916.000	1.949.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	1.916.000	1.949.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	1.921.000	1.968.000
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-5.000	-19.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,26000	0,29000
3.99.01.02	PN	0,26000	0,29000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,26000	0,29000
3.99.02.02	PN	0,26000	0,29000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	1.916.000	1.949.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	180.000	-286.000
4.02.01	Outros Resultados Abrangentes de Controladas em Conjunto	179.000	-281.000
4.02.02	Outros Resultados Abrangentes de Controladas	1.000	-5.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	2.096.000	1.663.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	2.101.000	1.682.000
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-5.000	-19.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.000	12.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-26.000	32.000
6.01.01.01	Lucro Líquido	1.916.000	1.949.000
6.01.01.04	Juros, Variações Cambiais e Monetárias Líquidas	113.000	99.000
6.01.01.05	Depreciação, Amortização e Exaustão	151.000	140.000
6.01.01.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.303.000	-2.137.000
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.000	-87.000
6.01.01.08	Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos	-43.000	-36.000
6.01.01.09	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	5.000	6.000
6.01.01.10	Provisão para Passivos Contingêntes	111.000	67.000
6.01.01.11	Outros	21.000	31.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	113.000	74.000
6.01.02.01	(Aumento) / Redução em Ativos Financeiros mantidos para negociação	-127.000	122.000
6.01.02.02	(Aumento) / Redução em Contas a Receber de Clientes	-56.000	13.000
6.01.02.03	Redução em Estoques	32.000	14.000
6.01.02.04	Redução em Ativos Fiscais	291.000	188.000
6.01.02.05	(Aumento) / Redução em Outros Ativos	546.000	-3.000
6.01.02.07	Redução em Obrigações Fiscais	-146.000	-64.000
6.01.02.08	Redução em Outros Passivos	-427.000	-196.000
6.01.03	Outros	-91.000	-94.000
6.01.03.01	Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	-7.000	-3.000
6.01.03.02	Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	-84.000	-91.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.627.000	1.604.000
6.02.01	Aquisição de Investimentos	0	-87.000
6.02.03	Aquisição de Imobilizado de Uso, Intangível e Ativos Biológicos	-104.000	-91.000
6.02.04	Alienação de Imobilizado de Uso	53.000	0
6.02.05	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Recebidos	2.676.000	1.782.000
6.02.06	Alienação de Investimentos	2.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.450.000	-2.026.000
6.03.01	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15.000	0
6.03.03	Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos pagos	-2.233.000	-2.057.000
6.03.05	Ingresso de Empréstimos e Financiamentos	15.000	147.000
6.03.06	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-247.000	-108.000
6.03.07	Amortização de Debêntures	0	-8.000
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	-3.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	173.000	-413.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.434.000	2.174.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.607.000	1.761.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	36.405.000	503.000	12.370.000	0	-1.549.000	47.729.000	2.950.000	50.679.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	36.405.000	503.000	12.370.000	0	-1.549.000	47.729.000	2.950.000	50.679.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	22.000	-1.531.000	-517.000	0	-2.026.000	5.000	-2.021.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-111.000	0	-111.000	0	-111.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-406.000	0	-406.000	0	-406.000
5.04.08	Ações em Tesouraria Canceladas	0	204.000	-204.000	0	0	0	0	0
5.04.09	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2017 - Exercício 2016	0	0	-1.242.000	0	0	-1.242.000	0	-1.242.000
5.04.10	Aumento da Participação de Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	5.000	5.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-182.000	-85.000	0	0	-267.000	0	-267.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.921.000	180.000	2.101.000	-5.000	2.096.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.921.000	0	1.921.000	-5.000	1.916.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	180.000	180.000	0	180.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.404.000	-1.404.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.404.000	-1.404.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	36.405.000	525.000	12.243.000	0	-1.369.000	47.804.000	2.950.000	50.754.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000	3.024.000	47.871.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	32.325.000	654.000	12.654.000	0	-786.000	44.847.000	3.024.000	47.871.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-108.000	-783.000	-532.000	0	-1.423.000	-78.000	-1.501.000
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-101.000	0	-101.000	0	-101.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-431.000	0	-431.000	0	-431.000
5.04.10	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2016 - Exercício 2015	0	0	-718.000	0	0	-718.000	0	-718.000
5.04.11	Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	0	-108.000	-65.000	0	0	-173.000	0	-173.000
5.04.13	(Aumento)/Redução de Participação de Acionistas Controladores	0	0	0	0	0	0	-78.000	-78.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.968.000	-286.000	1.682.000	-19.000	1.663.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.968.000	0	1.968.000	-19.000	1.949.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-286.000	-286.000	0	-286.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.436.000	-1.436.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.436.000	-1.436.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	32.325.000	546.000	13.307.000	0	-1.072.000	45.106.000	2.927.000	48.033.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício	Anterior
		01/01/2017 à 31/03/2017	01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	1.492.000	1.396.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.481.000	1.390.000
7.01.02	Outras Receitas	16.000	12.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.000	-6.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.009.000	-936.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-848.000	-767.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-159.000	-166.000
7.02.04	Outros	-2.000	-3.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	483.000	460.000
7.04	Retenções	-151.000	-140.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-151.000	-140.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	332.000	320.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.412.000	2.231.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.303.000	2.137.000
7.06.02	Receitas Financeiras	107.000	94.000
7.06.03	Outros	2.000	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.744.000	2.551.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.744.000	2.551.000
7.08.01	Pessoal	198.000	201.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	159.000	161.000
7.08.01.02	Benefícios	29.000	29.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.000	11.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	498.000	276.000
7.08.02.01	Federais	487.000	214.000
7.08.02.02	Estaduais	5.000	56.000
7.08.02.03	Municipais	6.000	6.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	132.000	125.000
7.08.03.01	Juros	131.000	125.000
7.08.03.03	Outras	1.000	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.916.000	1.949.000
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	406.000	431.000
7.08.04.02	Dividendos	111.000	101.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.404.000	1.436.000
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-5.000	-19.000

Comentário do Desempenho

ITAÚSA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Itaúsa) e de suas controladas relativos ao período de janeiro a março de 2017 (1T17), elaborados de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS - International Financial Reporting Standards).

Relatório do Auditor Independente

As Demonstrações Contábeis foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, que na qualidade de auditores independentes emitiram relatório sem ressalva e contam também com o parecer favorável do Conselho Fiscal. Considerando as boas práticas de Governança adotadas pelo Conglomerado, as demonstrações contábeis foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), empresa responsável pelos serviços de auditoria do Itaú Unibanco Holding S.A., principal investimento da Itaúsa.

As demonstrações contábeis foram disponibilizadas à CVM e à BM&FBOVESPA.

1) AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou no 1T17 sinais de melhora do crescimento econômico.

Nos Estados Unidos, o PIB cresceu 1,7% no 1T17 em relação ao 1T16. A taxa de desemprego média no 1T17 foi de 4,7%, abaixo dos 5,0% registrados no 1T16.

Na zona do euro, o PIB no 4T16 cresceu 1,7% frente ao mesmo período do ano anterior. Os níveis de emprego na região continuam melhorando, com a taxa de desemprego caindo para 9,5% em fevereiro de 2017, ante 10,3% em igual período do ano passado. No Reino Unido, o PIB no 4T16 registrou crescimento de 1,8% frente ao mesmo período do ano anterior. A taxa de desemprego caiu de 5,1% no início do ano passado para 4,6% em fevereiro desse ano. No entanto, a perspectiva de saída do Reino Unido da União Europeia, cujo processo teve início em março desse ano, e as eleições italianas que devem ocorrer em maio 2018 representam riscos de desaceleração à frente.

A perspectiva de crescimento nos países emergentes continua favorável. O PIB da China cresceu 6,9% na comparação anual no 1T17. Os preços das commodities recuaram no 1T17, no entanto, esse movimento não é um sinal de fraqueza da economia global.

No cenário doméstico, o PIB no 4T16 contraiu 0,9% frente ao trimestre anterior (com ajuste sazonal). Com relação ao mesmo

trimestre do ano anterior, a contração foi de 2,5%. Indicadores preliminares sugerem crescimento no primeiro trimestre deste ano, puxado pela agropecuária. Entretanto, o mercado de trabalho ainda deve demorar para recuperar. O desemprego, medido pela Pnad Contínua, se elevou para 13,7% no trimestre terminado em março ante 10,9% no mesmo período do ano anterior.

A indústria vem apresentando sinais de estabilização nos últimos meses. Em fevereiro, a produção industrial cresceu 0,1% ante janeiro, após ajuste sazonal. O ajuste cíclico nos estoques deve impulsionar uma recuperação modesta da indústria à frente.

A variação anual do saldo de crédito do sistema financeiro foi de -6,9% em março de 2017, em termos reais, contra um recuo de 5,6% no mesmo mês de 2016. As concessões acumuladas em 12 meses até março recuaram 13,3% em termos reais, contra uma queda de 14,1% um ano antes. A taxa de inadimplência do crédito para Pessoa Física recuou 0,3 p.p. nos últimos 12 meses para 4,0% em março de 2017. Quanto ao crédito para Pessoa Jurídica, a inadimplência alcançou 3,7% em março de 2017 (2,9% em março de 2016).

A inflação medida pelo IPCA atingiu variação de 4,6% nos últimos 12 meses até março, abaixo dos 6,3% do fechamento do ano passado. Em termos desagregados, os preços administrados subiram 5,6% no período, enquanto os preços livres, 4,3%.

A inflação corrente em trajetória mais clara de queda e a atividade aquém do esperado permitiram a flexibilização da política monetária. O Banco Central, na reunião de abril, cortou em 100 bps a taxa básica de juros. Esperamos que o Banco Central continue reduzindo a taxa de juros e projetamos a taxa Selic em 8,25% no fim de 2017.

O déficit nas contas externas segue em patamar baixo (1,1% do PIB nos doze meses encerrados em março). Para os próximos anos, projetamos ligeiro aumento do déficit em conta corrente, mas sem comprometer a sustentabilidade externa. Esperamos que a cotação do dólar norte-americano atinja 3,35 reais ao fim de 2017.

2) DESTAQUES ITAÚSA

ITAÚSA

Revisão de Portfólio

Em 04 de abril de 2017, a Itaúsa comunicou a aquisição de participação na Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS (“NTS”), empresa controlada pela Nova Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações (“FIP”), fundo gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.

Comentário do Desempenho

ITAÚSA

O valor do investimento pela Itaúsa nesta aquisição foi de US\$ 292,3 milhões e resultou em uma participação final de 7,65% no capital social da NTS. Do valor investido, R\$ 696,9 milhões foram pagos em 04.04.2017 e US\$ 72,3 milhões serão pagos em 5 anos. Além da participação na NTS, a Itaúsa também adquiriu do FIP debêntures conversíveis em ações emitidas pela NTS, com vencimento em 10 (dez) anos e no valor total de R\$ 442,1 milhões.

A NTS é detentora de autorizações para operação de 2.050 km de gasodutos na região Sudeste e tem 100% da sua capacidade de transporte de 158,2 milhões de m³ por dia contratada com a Petróleo Brasileiro S.A. por meio de cinco contratos de longo prazo na modalidade firme ("ship-or-pay"). As autorizações têm vencimento a partir de 2039 e os contratos de transporte atuais têm vencimento entre 2025 e 2031.

A Itaúsa terá o direito de indicar um membro ao conselho de administração da NTS (de um total de até 10 membros) e participará do acordo de acionistas juntamente com o FIP e a Petrobras.

Não se espera que esta operação acarrete efeitos significativos nos resultados da Itaúsa neste exercício social.

A Itaúsa é uma sociedade que tem por objeto participar do capital de outras empresas e está continuamente analisando novos investimentos e avaliando potenciais operações que agreguem valor a seus acionistas.

Emissão de Debêntures

Reunido em 04.05.2017 o Conselho de Administração deliberou emissão de debêntures até o valor de R\$ 1,2 bilhão, com remuneração de 106,9% do CDI ao ano, com pagamentos semestrais e amortização de 1/3 ao final do 5º, 6º e 7º ano.

Nova Composição do Conselho de Administração da Itaúsa

Presidente Henri Penchas, **Vice-Presidentes** Alfredo Egydio Setubal e Ana Lucia de Mattos Barreto Villela, **Conselheiros** Paulo Setubal Neto, Rodolfo Villela Marino, Walter Mendes de Oliveira Filho (membro independente) e **Conselheiros Suplentes** Ricardo Egydio Setubal, Ricardo Villela Marino e Henrique Andrade Trinckquel Filho (membro independente), consoante deliberações da Assembleia Geral de Acionistas de 13.04.2017 e do Conselho de Administração em reunião de 19.04.2017.

Sustentabilidade

Como forma de manter relação transparente com seus públicos de interesse, a Itaúsa divulgou em abril de 2017 seu Relatório Anual 2016. O relato traz as iniciativas e realizações do exercício e inclui informações sobre o desempenho econômico, social e ambiental das quatro principais controladas que integram a Holding: Itaú Unibanco Holding S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A. e Itaútec S.A. – Grupo Itaútec, que têm seus resultados refletidos nas Demonstrações Contábeis da Itaúsa.

Desde 2009, o reporte segue as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) e utiliza a versão G4 desde o seu lançamento em 2013, que traz a abordagem e forma de gestão dos aspectos mais relevantes e de maior impacto na perspectiva da Companhia e de seus principais públicos de relacionamento. O documento foi verificado pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que emitiu relatório de asseguração.

Para acessá-lo, visite o site:

<http://www.itausa.com.br/pt/informacoes-financeiras/relatorio-anual-e-de-sustentabilidade>

Eventos Societários e Retorno aos Acionistas

Reunido em 13.02.2017, o Conselho de Administração deliberou:

Juros sobre o Capital Próprio (JCP) obrigatório e adicional de 2016:

- Declarar JCP adicional ao mínimo obrigatório de 2016 de R\$ 0,16780, tendo como data-base 20.02.2017. Desta forma, o total dos proventos líquidos declarados por conta do exercício de 2016 foi de R\$ 0,504380 por ação, que representa 6,53% de retorno^(a) do investimento em dividendos/JCP (dividend yield) em relação à cotação média do ano da ação preferencial (ITSA4), líquido de impostos;

^(a) Dividendo/JCP Líquido p/ ação relativo ao ano base (x) - ajustada por bonificação. Cotação Média Ponderada da ação PN no ano(x) - ajustada por proventos, exceto dividendos. Base competência do exercício.

Chamada de Capital:

- Elevar o capital social de R\$ 36.405 milhões para R\$ 37.145 milhões, mediante emissão de 121.311.478 novas ações escriturais sem valor nominal, sendo 46.341.899 ordinárias e 74.969.579 preferenciais, para subscrição particular dentro do limite do capital autorizado:

(i) preço de subscrição: fixado em R\$ 6,10 por ação ordinária ou preferencial, tendo como parâmetro a cotação média ponderada das ações preferenciais na BM&FBOVESPA no período de 14.10.2016 a 10.02.2017, ajustada com deságio de aproximadamente 30%; e

(ii) direito de preferência: os Acionistas puderam subscrever as ações no período de 02.03.2017 a 31.03.2017, na proporção de 1,6386161% sobre as ações da mesma espécie que possuíam na posição acionária final do dia 20.02.2017. Os Acionistas também puderam utilizar parte do JCP adicional para integralização das ações que foram subscritas e participar das sobras de ações no período preferencial (1º e 2º rateios). O saldo das ações não subscritas será vendido em bolsa.

Está prevista para o final de maio a reunião do Conselho de Administração que irá homologar o aumento de capital e autorizar o crédito e a liberação das ações subscritas para negociação.

Registramos que os Acionistas da Itaúsa, também correntistas do Itaú no Brasil e com ações no ambiente escritural, podem investir automaticamente os dividendos na compra de ações por

Comentário do Desempenho

ITAÚSA

meio de adesão ao Programa de Reinvestimento de Dividendos – PRD. Para aderir ao PRD acesse o Itaú Bankline (www.itaú.com.br) ou ligue (xx11)3003-9285 para Capitais e Regiões Metropolitanas ou 0800-720-985 para Demais Localidades.

Programa de Recompra/Cancelamento de Ações da Companhia:

- ➔ Cancelar as 26.819.000 ordinárias escriturais de emissão própria existentes na tesouraria, mediante absorção de R\$ 204,1 milhões consignados nas reservas de lucros; e

- ➔ Renovar a autorização para aquisição, no período de 18 meses e a preço de mercado, de até 80.000.000 de ações ordinárias e igual quantidade de ações preferenciais de emissão própria para tesouraria.

No âmbito do programa em vigor, em abril de 2017 a Itaúsa adquiriu 25 milhões de ações ordinárias de emissão própria, no montante de R\$ 225,9 milhões. O processo de aquisição de ações de emissão própria tem por objetivo a aplicação de recursos disponíveis da Companhia.

3) DESEMPENHO ECONÔMICO ITAÚSA

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA INDIVIDUAL

Como *holding* pura a Itaúsa tem seu resultado composto basicamente pela equivalência patrimonial, apurado a partir do resultado de suas controladas. Abaixo apresentamos o resultado da equivalência patrimonial e o resultado próprio da Itaúsa considerando apenas os eventos recorrentes (os itens não recorrentes encontram-se discriminados na pág. 06).

	01/01 a		01/01 a		Evolução	Evolução (%)
	31/03/2017	%	31/03/2016	%		
Em R\$ Milhões						
Área de Serviços Financeiros	2.223	100,4%	2.131	101,6%	92	4,3%
Área Industrial	(10)	-0,5%	(34)	-1,6%	24	-70,6%
Duratex	(4)	-0,2%	(11)	-0,5%	7	-63,6%
Elekeiroz	(1)	0,0%	(11)	-0,5%	10	-90,9%
Itautec	(5)	-0,2%	(12)	-0,6%	7	-58,3%
Outros	1	0,0%	-	0,0%	1	na
Total REP Recorrente	2.214	100,0%	2.097	100,0%	117	5,6%
Resultado Próprio da Itaúsa	(375)		(130)		(245)	188,5%
Despesas Gerais e Administrativas	(11)		(11)		-	0,0%
Receitas/Despesas Financeiras	21		19		2	10,5%
Despesas Tributárias	(220)		(124)		(96)	77,4%
Outras Receitas Operacionais	3		4		(1)	-25,0%
IR/CS	(168)		(18)		(150)	833%
Lucro Líquido Recorrente	1.839		1.967		(128)	-6,5%
Resultado não recorrente	82		1			
Decorrentes de participação no Itaú Unibanco Holding	81		6			
Decorrentes de participação na Duratex	1		-			
Decorrentes de participação na Elekeiroz	-		(5)			
Lucro Líquido	1.921		1.968		(47)	-2,4%

Comentário do Desempenho

ITAÚSA

Despesas Gerais e Administrativas (DGAs)

As despesas gerais e administrativas individuais da Itaúsa totalizaram R\$ 11 milhões de janeiro a março de 2017. Considerando-se a estrutura administrativa dedicada à realização das atividades da Itaúsa, as DGAs totalizaram R\$ 17 milhões de janeiro a março de 2017, queda de 8,3% em relação ao mesmo período de 2016.

Receitas/Despesas Financeiras

No primeiro trimestre de 2017, a Itaúsa registrou resultado financeiro líquido positivo de R\$ 21 milhões, elevação de 10,5% em relação à 2016.

Despesas Tributárias

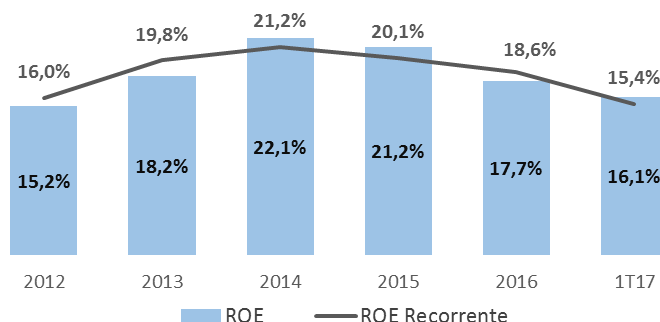
No acumulado dos três primeiros meses de 2017, as despesas tributárias totalizaram R\$ 220 milhões, (aumento de R\$ 96 milhões). Estas despesas são compostas basicamente por PIS e COFINS incidentes sobre a receita de JCP recebidos do Itaú Unibanco que cresceram R\$ 872 milhões em relação ao 1T16. Além disso, o IR e CS de R\$ 168 milhões do primeiro trimestre foi impactado pela diferença entre os JCPs recebidos e pagos referentes ao exercício anterior.

Lucro Líquido

Como resultado dos eventos mencionados anteriormente, o lucro líquido recorrente de janeiro a março de 2017 foi de R\$ 1.839 milhões, queda de 6,5% em relação ao ano anterior, com rentabilidade recorrente sobre o patrimônio líquido médio (ROE)

de 15,4%. O lucro líquido no mesmo período atingiu R\$ 1.921 milhões com rentabilidade de 16,1%.

Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio – ROE



Liquidez

O total de caixa, equivalentes de caixa e ativos financeiros mantidos para negociação atingiu R\$ 1.463 milhões ao final de março de 2017.

O endividamento^(a) da Companhia em 31 de março de 2017 era de 5,0%, sendo que das obrigações totais de R\$ 2,5 bilhões, R\$ 1,4 bilhão eram referentes a dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar.

(a) $(\text{passivo circulante e não circulante} / \text{total do ativo}) \times 100$

(b)

PRINCIPAIS INDICADORES DE RESULTADO DA ITAÚSA CONSOLIDADO

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016
Lucro Líquido	1.921	1.968	(5)	(19)	1.916	1.949
Lucro Líquido Recorrente	1.839	1.967	(7)	(19)	1.832	1.948
Patrimônio Líquido	47.804	45.106	2.950	2.927	50.754	48.033
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	16,1%	17,5%	-0,7%	-2,6%	15,1%	16,3%
Rentabilidade Recorrente Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%)	15,4%	17,5%	-0,9%	-2,6%	14,4%	16,2%

Comentário do Desempenho**ITAÚSA****PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS****Indicadores por Ação**

	R\$ por ação		
	31/03/2017	31/03/2016	Evolução (%)
Lucro Líquido da Controladora	0,26	0,26	(2,0)
Lucro Líquido Recorrente da Controladora	0,25	0,26	(6,2)
Valor Patrimonial da Controladora	6,46	6,07	6,4
Dividendo/Juros sobre Capital Próprio Líquido de IR	0,06	0,06	(2,1)
Preço da Ação PN ⁽¹⁾	9,59	7,45	28,6
Capitalização de Mercado ⁽²⁾ - em R\$ milhões	70.998	55.388	28,2

(1) Cotação média das ações preferenciais no último dia do período.

(2) Calculado com base na cotação média das ações preferenciais no último dia do período (cotação da ação PN média multiplicada pela quantidade de ações em circulação no final do período).

Obs.: O número de ações em circulação e a cotação da ação foram ajustados para refletir a bonificação de 10% ocorrida em 29 de abril de 2016.

RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE

A fim de possibilitar adequada análise das demonstrações contábeis do período, apresentamos o lucro líquido com exclusão dos principais efeitos não recorrentes, líquidos dos respectivos efeitos fiscais, conforme segue:

	Em R\$ Milhões					
	Controladora		Não Controladores		Consolidado	
	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Lucro Líquido	1.921	1.968	(5)	(19)	1.916	1.949
Inclusão / (exclusão) dos efeitos não recorrentes C= (A + B)	(82)	(1)	(2)	-	(84)	(1)
Decorrentes de participação acionária do Itaú Unibanco Holding (A)	(81)	(6)	-	-	(81)	(6)
Movimentação de Ações em Tesouraria	(77)	(12)	-	-	(77)	(12)
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos	-	(5)	-	-	-	(5)
Provisão para Contingências Cíveis - Planos Econômicos	7	9	-	-	7	9
Outros	(11)	2	-	-	(11)	2
Decorrentes de participação acionária das demais empresas controladas (B)	(1)	5	(2)	-	(3)	5
Duratex	(1)	-	(2)	-	(3)	-
Elekeiroz	-	5	-	-	-	5
Lucro Líquido Recorrente	1.839	1.967	(7)	(19)	1.832	1.948

Comentário do Desempenho

ITAÚSA

PRINCIPAIS INDICADORES DAS EMPRESAS DO CONGLOMERADO ITAÚSA

	Janeiro a Março	Em R\$ Milhões				CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽²⁾
		Área de Serviços Financeiros		Área Industrial		
		Itaú Unibanco Holding	Duratex ⁽¹⁾	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	2017	1.323.995	9.142	429	109	58.253
	2016	1.203.294	8.766	710	162	54.020
Receitas Operacionais ⁽³⁾	2017	53.138	952	225	1	3.481
	2016	50.985	901	206	3	3.246
Lucro Líquido	2017	6.001	(8)	(1)	(5)	1.916
	2016	5.711	(30)	(16)	(12)	1.949
Patrimônio Líquido (PL)	2017	122.163	4.567	110	52	50.754
	2016	113.087	4.501	439	65	48.033
Rentabilidade Anualizada sobre o PL Médio (%) ⁽⁴⁾	2017	20,1%	-0,7%	-4,1%	-35,0%	15,1%
	2016	20,5%	-2,6%	-14,4%	-68,4%	16,3%
Geração Interna de Recursos ⁽⁵⁾	2017	19.490	198	10	(4)	(26)
	2016	15.229	147	(3)	(6)	32

(1) O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE da Duratex correspondem aos valores das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

(2) O Consolidado Itaúsa inclui consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidações e dos resultados não realizados de operações intercompanhias.

Os valores do Itaú Unibanco não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo métodos de equivalência patrimonial.

(3) As Receitas Operacionais por área de atuação foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimento em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultados de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.

- Duratex, Elekeiroz e Itautec: vendas de produtos e serviços.

- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladoras em Conjunto.

(4) Representa a relação entre o Lucro Líquido do período e o Patrimônio Líquido Médio ((mar + dez'16)/2).

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstrações do Fluxo de Caixa.

Obs.: O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE do Itaú Unibanco correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

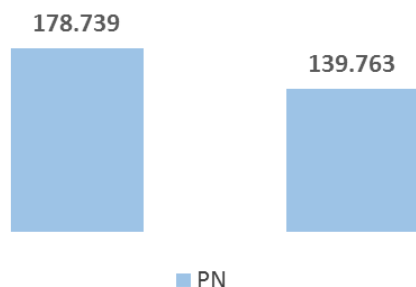
A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

MERCADO DE CAPITAIS

Negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo, as ações preferenciais da Itaúsa (código ITSA4) encerraram o primeiro trimestre de 2017 cotadas a R\$ 9,50, valorização de 28,7% em relação à cotação de encerramento do primeiro trimestre de 2016, enquanto o principal índice da bolsa paulista, o Ibovespa, registrou valorização de 29,8%.

O volume financeiro médio diário negociado das ações preferenciais (PN) no primeiro trimestre de 2017 foi de R\$ 139,8 milhões, em comparação a R\$ 178,7 milhões no mesmo período do ano anterior, com 1.609 mil negócios (2.113 mil de janeiro a março de 2016).

Volume médio financeiro negociado – diário (R\$ mil)



Desconto Itaúsa

Consideramos o desconto como indicador da diferença entre a cotação de mercado das ações da Itaúsa e o valor teórico obtido quando são somados os valores de mercado das partes que compõem os investimentos da holding. A Área de Relações com Investidores divulga mensalmente no site da Companhia informativo sobre o desconto. Para receber essa informação basta se cadastrar em: www.itausa.com.br.

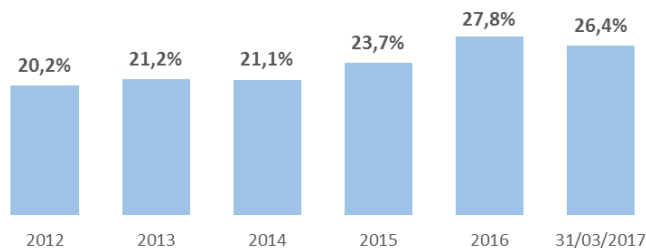
Em 31 de março de 2017 as ações de Itaúsa eram negociadas com desconto de 26,4% em comparação a 23,6%, indicador observado ao final de março de 2016.

A capitalização de mercado, com base no valor das ações mais líquidas (ITSA4), ao final do período era de R\$ 70.998 milhões, alta de 28,2% sobre o ano anterior, enquanto o valor total de mercado da soma das participações nas empresas controladas atingiu R\$ 96.474 milhões.

Comentário do Desempenho

ITAÚSA

Histórico Desconto Itaúsa



Em 31 de março de 2017, a quantidade de acionistas pessoas físicas na Itaúsa era de 56.249, crescimento de 45,3% em relação à março de 2016.

4) COMPANHIAS CONTROLADAS ITAÚSA



Relatórios e Política

Relatório Anual Consolidado – Em abril de 2017, o Itaú Unibanco divulgou o Relatório Anual Consolidado, documento que unifica o Formulário 20-F, o Relatório Anual e o Prospecto de Dívida (*MTN – Medium Term Note*), de modo a centralizar e homogeneizar a forma com que o banco apresenta as informações relevantes do Itaú Unibanco à diversos públicos estratégicos. O documento é uma importante fonte de informações sobre o Itaú Unibanco, e descreve as estratégias, desempenho, principais negócios, governança corporativa, gestão de riscos e práticas de sustentabilidade.

Relato Integrado – No mesmo mês, o Itaú Unibanco publicou o Relato Integrado, que trata também das estratégias, dos negócios, produtos, serviços e, principalmente, da forma como o banco gera valor compartilhado e garante a perenidade dos negócios aos seus clientes, acionistas, colaboradores e à sociedade.

Para acessá-los, visite o site www.itaun.com.br/relatorio-anual.

Política de Relacionamento com Agentes Públicos e Contratação com Órgãos e Empresas da Administração Pública – Consolida as principais regras e práticas observadas no relacionamento do Conglomerado Itaú Unibanco com Agentes Públicos, visando garantir a atuação dos administradores e colaboradores de forma ética e transparente, bem como prevenir e combater fraudes e ilícitos no âmbito de procedimentos licitatórios e na execução de contratos administrativos. As políticas estão no site de RI do Itaú Unibanco > Governança Corporativa > Regulamentos e Políticas.

Nova Composição do Conselho de Administração do Itaú Unibanco

Na Assembleia Geral Ordinária de 19 de abril de 2017 foram eleitos os seguintes membros para o Conselho de Administração, sendo 42% deles considerados independentes: Pedro Moreira Salles (co-presidente¹), Roberto Egidio Setubal

(co-presidente¹), Alfredo Egidio Setubal, Amos Genish², Fábio Colletti Barbosa², Geraldo José Carbone, Gustavo Jorge Laboissière Loyola², João Moreira Salles, José Galló², Marco Ambrogio Crespi Bonomi, Pedro Luiz Bodin de Moraes² e Ricardo Villela Marino.

1 Em 27/04/2017 foram designados como co-presidentes

2 Membro Independente

Candido Botelho Bracher, que participava do Conselho, foi eleito como Presidente Executivo do Itaú Unibanco Holding em 27 de abril de 2017, sucedendo Roberto Egidio Setubal.

Eventos Societários

Nova Prática de Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) – Desde a associação entre Itaú e Unibanco¹, o percentual do lucro líquido consolidado recorrente distribuído na forma de Dividendos e JCP aos acionistas (*payout* líquido) foi em média de 31%.

Na reunião do Conselho de Administração do dia 06 de fevereiro de 2017, foi alterada a prática de pagamento de Dividendos e JCP do Itaú Unibanco, que passará a ser de 35% a 45% do lucro líquido consolidado recorrente nos próximos anos². Em 2016, o *payout* líquido foi de 45%.

1 Período entre os anos de 2009 e 2015.

2 O intervalo de *payout* está sujeito a alterações decorrentes de eventuais fusões e aquisições, mudanças sociais, regulatórias e variações significativas nos ativos ponderados pelo risco (RWA). Os eventos anteriormente listados que podem trazer variações no *payout* líquido não são exaustivos, ou seja, são exemplos de eventuais situações que podem afetar o *payout*. O intervalo de *payout* pode estar sujeito a alterações, mas sempre considerando o mínimo de distribuição previsto no estatuto.

Comentário do Desempenho

ITAÚSA

Programa de Recompra de Ações – No primeiro trimestre de 2017, o Itaú Unibanco adquiriu 7.976.000 ações preferenciais de emissão própria no montante total de R\$ 285,8 milhões ao preço médio de R\$ 35,83 por ação¹.

Em abril de 2017, o banco adquiriu 7.461.800 ações preferenciais de emissão própria no montante de R\$ 284,6 milhões. Levando em consideração o atual programa², entre novembro de 2016 e abril de 2017, o banco recomprou o montante de 38.087.800 de ações preferenciais ao preço¹ médio de R\$ 34,59.

O processo de aquisição de ações de emissão própria tem o objetivo de (i) maximizar a alocação de capital por meio da aplicação eficiente dos recursos disponíveis, (ii) prover a entrega de ações aos funcionários e administradores do banco e de suas controladas no âmbito dos modelos de remuneração e dos planos de incentivos de longo prazo e (iii) utilizar as ações adquiridas caso haja oportunidades de negócios no futuro.

1 Valores de recompra incluem taxa de liquidação, corretagem e emolumentos. Para obter mais informações sobre os volumes negociados e os preços praticados nessas negociações, acesse www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores > Governança Corporativa > Recompra de Ações ou consulte a nota 16.

2 Conforme o Fato Relevante divulgado em 02/02/2016, essas aquisições referem-se ao programa de recompra aprovado pelo Conselho de Administração que renovou o limite para aquisições de até 10,0 milhões de ações ordinárias e 50,0 milhões de ações preferenciais de emissão própria, para o período de 03/02/2016 a 02/08/2017.

Eventos Posteriores a 31 de março de 2017

Seguro de Vida em Grupo – Em abril, após aprovações da SUSEP e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), o Itaú Unibanco concluiu a alienação da totalidade das operações de seguros de vida em grupo para a Prudential do Brasil Seguros de Vida S.A., anunciada em setembro de 2016. A alienação dessa operação reitera a estratégia, já divulgada, de focar em seguros massificados, tipicamente relacionados ao varejo bancário.

Decisão do CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) – Em 2013, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração, no qual consta cobrança de Imposto de Renda e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) no âmbito da operação societária de associação entre os Conglomerados financeiros Itaú e Unibanco. Em 10 de abril de 2017, o CARF proferiu, em Turma Ordinária, decisão favorável à Companhia, reconhecendo serem inaplicáveis as pretendidas cobranças de Imposto de Renda e de CSLL e ratificando a regularidade e legitimidade dos atos da fusão do Itaú com o Unibanco da forma como foram integralmente aprovados pelo BACEN, pela CVM e pelo CADE, o que reafirma o entendimento da Companhia da legitimidade das operações realizadas. Desde o recebimento do auto de infração pela Receita Federal do Brasil, o Itaú Unibanco considerou como remoto o risco de perda no procedimento fiscal em referência. Atualmente, a Companhia aguarda a formalização do acórdão.

Resultados

No período de janeiro a março de 2017, o lucro líquido recorrente do Itaú Unibanco foi de R\$ 6,0 bilhões, com crescimento de 4,5% em relação ao mesmo período de 2016, e a rentabilidade anualizada sobre o patrimônio líquido médio foi de 20,1%. O resultado, apurado em um período econômico desafiador, foi alcançado em função da continuidade de uma estratégia focada em linhas de crédito de menor risco, receitas de serviços e seguros, ao mesmo tempo em que a instituição manteve sua disciplina no controle dos custos e foco no cliente.

Ativos

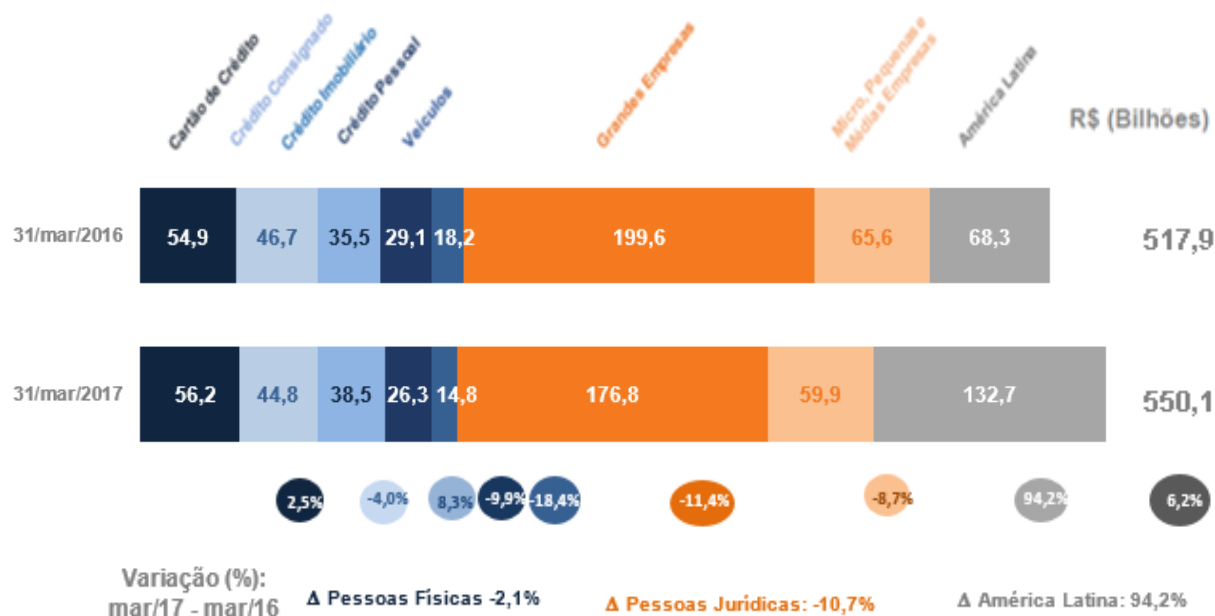
O total de ativos consolidados atingiu R\$ 1,3 trilhão ao final de março de 2017, com aumento de 10,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. A diversificação dos negócios reflete-se na mudança da composição da carteira de crédito nos últimos anos, focando a originação em produtos de menor risco e com mais garantias atreladas, e no processo de internacionalização das operações do banco.

Comentário do Desempenho

ITAÚSA

Carteira de Crédito

Em 31 de março de 2017, o saldo da carteira de crédito, incluindo avais e fianças, atingiu R\$ 550,1 bilhões, um aumento de 6,2% em relação a 31 de março de 2016, devido, principalmente, ao efeito da consolidação do Itaú CorpBanca nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco, a partir do 2º trimestre de 2016. Se forem considerados também os riscos de crédito que o banco tem na modalidade de títulos privados, esse aumento atinge 5,8%. Abaixo a abertura da carteira, com avais e fianças, em 31 de março de 2017 e de 2016:



Inadimplência

A estratégia de redução de risco na concessão de crédito, iniciada em 2012, influenciou no índice de inadimplência, principalmente pela mudança para um perfil mais conservador da carteira do Itaú Unibanco:

- ➔ O índice de inadimplência total (operações em atraso há mais de 90 dias) alcançou 3,4% em 31 de março de 2017, redução de 0,4 p.p. em relação a 31 de março de 2016;
- ➔ Na carteira de clientes pessoas físicas, esse índice atingiu 4,7% ao final de março de 2017, redução de 0,8 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior; e
- ➔ Na carteira de clientes pessoas jurídicas, atingiu 2,3% ao final de março de 2017, redução de 0,1 p.p. em relação a 31 de março de 2016.

Captações

Os Recursos Próprios Livres, Captados e Administrados totalizaram R\$ 2,1 trilhões em 31 de março de 2017, aumento de 11,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os

depósitos à vista somados aos de poupança aumentaram 1,4% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gestão de Ativos

Em março de 2017, o Itaú Unibanco atingiu R\$ 560 bilhões¹ em recursos sob gestão, de acordo com o ranking de gestão ANBIMA, representando 15,1% do mercado. O banco apresentou crescimento de 14,6% em relação ao mesmo período do ano anterior em recursos sob gestão.

Em março de 2017, foi lançada a plataforma **Personnalité Investimento 360**, que amplia a conveniência e comodidade ao disponibilizar um leque completo de produtos de investimentos do Itaú e de outras instituições financeiras através da Itaú Corretora. Esta iniciativa também disponibiliza um serviço de assessoria especializada, levando-se em consideração as necessidades dos clientes no curto, médio e longo prazos e oferecendo mais agilidade aos investidores através do acompanhamento de toda a sua movimentação financeira e rendimentos em um só lugar.

Com o novo serviço, o banco ampliou para os clientes Personnalité a oferta com as melhores oportunidades em Fundos de Investimentos, Tesouro Direto, Previdência Privada, ações, letras e CDB's, de acordo com o perfil de cada investidor.

¹ Considera as empresas Itaú Unibanco e Intrag.

Comentário do Desempenho

ITAÚSA

Solidez de Capital

Ao final de março de 2017, o Índice de Basileia atingiu 18,1%, sendo: (i) 15,4% referente ao Capital de Nível I, que consiste no somatório do Capital Principal e do Capital Complementar; (ii) 2,8% referente à Capital de Nível II. Esses indicadores demonstram a capacidade efetiva do banco em absorver perdas inesperadas.

Liquidez

O indicador de liquidez de curto prazo (LCR – do inglês “Liquidity Coverage Ratio”) relaciona os ativos livres e de alta liquidez e as saídas (líquidas) no horizonte de 30 dias e é calculado de acordo com metodologia estabelecida pela Circular BACEN 3.749, alinhada às diretrizes internacionais. Para 2017, o índice mínimo exigido pelo BACEN é de 80%, sendo que, no 1º trimestre desse ano, o indicador médio da Companhia foi de 210,9%.



Os investimentos consolidados da Duratex no primeiro trimestre do ano foram de R\$ 98,4 milhões. Desse montante, R\$ 43,9 milhões foram destinados para manutenção fabril e R\$ 54,5 milhões de OPEX florestal. Para o ano de 2017, os investimentos da Companhia estão focados na sustentação das operações atuais, e devem representar R\$ 420,0 milhões.

Resultados

No primeiro trimestre de 2017, a receita líquida da Companhia totalizou R\$ 952,0 milhões, montante que é 5,6% maior do que o apurado no mesmo período em 2016. Desse montante, a participação do mercado externo, por meio de exportações e da operação da Tablemac na Colômbia, representou 16%.

A Duratex registrou no primeiro trimestre de 2017 EBITDA ajustado e recorrente de R\$ 148,2 milhões, aumento de 39,4% comparado aos três primeiros meses de 2016. A margem EBITDA recorrente ampliou de 11,6% apurado no mesmo período de 2016 para 15,0% nesse trimestre. Esse resultado apresenta uma evolução consistente em comparação ao mesmo período do ano passado, refletindo a captura de todos os esforços que a Companhia realizou desde a desaceleração da economia no Brasil.

No trimestre, foram expedidos menores volumes na Divisão Madeira, enquanto a Divisão Deca apresentou maiores volumes expedidos em relação aos trimestres de comparação, resultando em um crescimento de 11,5% da receita no mercado interno em relação ao primeiro trimestre de 2016.

As operações recorrentes da Duratex resultaram em um prejuízo de R\$ 9,3 milhões no primeiro trimestre de 2017, ante a um prejuízo de R\$ 29,6 milhões no mesmo período em 2016,

sinalizando uma recuperação em relação ao mesmo período do ano passado. Essa evolução do resultado ocorreu por conta de uma ligeira melhora de mercado, refletindo em uma recuperação do desempenho operacional, além dos benefícios capturados pelos projetos de redução de custos e ganho de eficiência.

Houve ainda no trimestre venda de fazendas da controlada Duratex Florestal, cujo resultado representou R\$ 1,8 milhão líquido de impostos.

O trimestre representou uma redução do indicador de dívida líquida sobre EBITDA, que atingiu o patamar de 2,81 vezes. No mesmo período do ano anterior, esse indicador era de 2,95 vezes. Apesar de a dívida líquida ainda estar relativamente estável, a melhora de geração de caixa operacional foi a principal alavanca para esse resultado.

O início do ano de 2017 permaneceu adverso para a **Divisão Madeira**. Todavia, apesar desse cenário, o resultado verificado no trimestre foi melhor que o mesmo trimestre do ano passado, mostrando uma tendência positiva. Mesmo com menores volumes expedidos, a margem EBITDA ampliou de 11,6% apurado no mesmo período de 2016 para 15,0% nesse trimestre.

Os volumes da **Divisão Deca** cresceram substancialmente em comparação com os dois períodos de referência, acumulando um aumento de 14,5% em relação ao trimestre anterior e 25,5% contra os três primeiros meses de 2016. Apesar de um mix levemente menos favorável que nos períodos anteriores, o resultado da divisão subiu de 12,2% de margem EBITDA no primeiro trimestre de 2016 para 16,5% de margem no início deste ano. O EBITDA apurado no trimestre foi de R\$ 56,6 milhões. A melhora de resultado foi consequência de uma base de custos mais enxuta e maiores volumes.

Elekeiroz

Os investimentos alcançaram R\$ 5,1 milhões nos três primeiros meses de 2017 e foram destinados à manutenção das operações.

Resultados

A expedição de produtos no 1º trimestre de 2017 foi 23% superior ao 1º trimestre de 2016. Tal aumento deu-se nas vendas para o mercado interno, tanto dos produtos orgânicos (aumento de 28% em relação ao 1º trimestre de 2016) quanto dos inorgânicos (alta de 29%).

A receita líquida acompanhou as expedições: alta de 10% em relação ao 1º trimestre de 2016, sendo o melhor resultado registrado nos últimos 5 trimestres. As vendas para o mercado interno apresentaram alta de 16% e as exportações diminuíram 51%, ambas em relação ao 1º trimestre de 2016.

Ações implementadas em 2016 de reorganização da capacidade produtiva e redução de custos começam a mostrar efeitos. O lucro bruto do trimestre foi o melhor registrado desde

Comentário do Desempenho

ITAÚSA

o 4º trimestre de 2013 e mantém a tendência de recuperação dos últimos períodos sendo 173% acima do mesmo período do ano passado.

O EBITDA do trimestre foi de R\$ 10,6 milhões, versus R\$ 7,0 milhões negativos no 1º trimestre de 2016 (R\$ 1,2 milhão positivo recorrente).

No trimestre a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 1,1 milhão (prejuízo líquido de R\$ 16,1 milhões no 1º trimestre de 2016).

Itautec

Parceria com a OKI Electric Industry Co. Ltd. (“Oki”): Em 11.01.2017, a Itautec exerceu a opção de venda (*put option*) das 763.740 ações da Oki Brasil Indústria e Comércio de Produtos e Tecnologia em Automação S.A. (Oki Brasil) pelo montante de R\$ 53,4 milhões recebidos da Oki; em consequência, a Itautec passou a deter 1.717.650 ações correspondente a 11,2% do capital da Oki Brasil.

Gestão operacional: A Itautec continua honrando os contratos de garantia e manutenção de equipamentos relativos à marca Itautec/Infoway, não acarretando qualquer inconveniente a seus clientes.

Comentário do Desempenho

ITAÚSA

5) GESTÃO DE PESSOAS

O Conglomerado Itaúsa contava com cerca de 107 mil colaboradores ao final de março de 2017, incluindo aproximadamente 14 mil colaboradores em unidades no exterior e 61 pessoas dedicadas à realização das atividades próprias da Itaúsa.

A remuneração fixa do pessoal somada aos seus encargos e benefícios dos colaboradores do Conglomerado totalizou R\$ 4,0 bilhões de janeiro a março de 2017, com crescimento de 17,6% em relação ao mesmo período do ano anterior.

6) AUDITORIA INDEPENDENTE – INSTRUÇÃO CVM nº 381

Procedimentos adotados pela Sociedade

A política de atuação da Itaúsa e empresas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Estes princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a março de 2017, não foram contratados junto à BDO e partes a ela relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Adicionalmente, decidimos aplicar as determinações desta Instrução às contratações de serviços não relacionados à auditoria externa prestados pela PwC. No período de janeiro a março de 2017, foram prestados os seguintes serviços:

- 02 de fevereiro - revisão da Escrituração Contábil Fiscal;
- 06 de fevereiro - aquisição de materiais técnicos e pesquisa;
- 02 de março - revisão da aderência dos normativos relativos a preço de transferência.

Justificativa dos Auditores Independentes – PwC

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados à Itaúsa e suas controladas. A política de atuação com a Itaúsa na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se substancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente e todos foram observados na prestação dos referidos serviços.

7) AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança a nós dispensada, a quem procuramos retribuir sempre com a obtenção de resultados diferenciados em relação ao mercado e com a oferta de produtos e serviços de qualidade, e aos nossos colaboradores, pelo talento com que têm contribuído para garantir o crescimento sustentável dos negócios.

Notas Explicativas

ITAÚSA

ITAÚSA – INVESTIMENTOS ITAÚ S.A. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Em 31 de março de 2017

(Em milhões de Reais, exceto quando divulgado de outra forma)

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (“ITAÚSA”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 Jabaquara, Torre Olavo Setubal, na cidade de São Paulo, SP, Brasil.

A ITAÚSA tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participa, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da posição no mercado de capitais e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

Por intermédio de suas controladas e controladas em conjunto, a ITAÚSA participa dos mercados de serviços financeiros (Itaú Unibanco Holding), painéis de madeira, louças, metais sanitários e chuveiros elétricos (Duratex), tecnologia da informação (Itautec) e produtos químicos (Elekeiroz) – conforme demonstrado na Nota 24 “Informações por Segmento”.

A ITAÚSA é uma holding controlada pela família Egydio de Souza Aranha que detém 62,02% das ações ordinárias e 16,93% das ações preferenciais, 34,16% do total.

O responsável pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da ITAÚSA é o Conselho Fiscal.

Estas Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da ITAÚSA – Investimentos Itaú S.A. em 04 de maio de 2017.

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas abaixo.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Itaúsa e suas controladas (ITAÚSA CONSOLIDADO) foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (*International Financial Reporting Standards* – IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e são apresentadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo da aplicação das políticas contábeis da ITAÚSA e de suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas estão divulgadas na Nota 2.3.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRSs não estão disponíveis no Brasil.

2.2 NOVOS PRONUNCIAMENTOS E ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EXISTENTES

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de março de 2017

Não houve novos pronunciamentos contábeis para o período findo em 31 de março de 2017.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foram adotados antecipadamente:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – o pronunciamento visa a substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros e será adotada de forma retrospectiva na data de entrada em vigor da norma em 1º de janeiro de 2018. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros, (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). Dentre as diversas alterações, consideramos que os itens abaixo podem apresentar maiores impactos:

- (I) Classificação e mensuração de ativos financeiros: dois critérios devem ser considerados para determinar a classificação dos ativos financeiros, sendo o primeiro o modelo de negócios da entidade na gestão de seus ativos financeiros e o segundo as características do fluxo de caixa contratual dos ativos financeiros;

Notas Explicativas

ITAÚSA

- (II) Redução ao valor recuperável (*impairment*): A nova norma traz o conceito de perda esperada e classificação em três estágios;
- (III) Contabilização de cobertura (*hedge accounting*): Os requisitos para contabilização de cobertura (*hedge accounting*) estão diretamente relacionados com a gestão de risco e têm aplicação prospectiva.

A Itaúsa e suas controladas, bem como suas controladas em conjunto, estão em processo de implantação da IFRS 9 e os possíveis impactos decorrentes de sua adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. Cabe destacar que a adoção do conceito de perda esperada frente ao conceito de perda incorrida deve apresentar incremento na provisão de crédito de liquidação duvidosa em decorrência da antecipação do reconhecimento de perdas.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes: O pronunciamento substitui a IAS 18 e IAS 11, bem como interpretações relacionadas (IFRICs 13, 15 e 18). Requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2018. Não foram identificados impactos relevantes na adoção dessa norma para as demonstrações contábeis da ITAÚSA até o presente momento.
- Alteração da IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em coligada e empreendimentos controlado em conjunto (*joint venture*) - As alterações referem a uma inconsistência entre as exigências do IFRS 10 e IAS 28 (2011), ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*). Data de vigência ainda não definida pelo IASB. Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações contábeis da ITAÚSA.
- IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as demonstrações contábeis da ITAÚSA estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a ITAÚSA e suas controladas.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das demonstrações contábeis consolidadas, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os períodos apresentados e em períodos subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua e consideram a experiência passada e outros fatores.

As demonstrações contábeis incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Conforme explicado na Nota 2.4m, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a ITAÚSA e suas controladas irão gerar lucro tributável futuro para sua realização. A realização esperada do crédito tributário da ITAÚSA e de suas controladas é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na Nota 12. O montante de ativo fiscal diferido em 31/03/2017 era de R\$ 938 (R\$ 961 em 31/12/2016).

Notas Explicativas

ITAÚSA



b) Valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos, é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da administração da ITAÚSA e suas controladas com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

A ITAÚSA e suas controladas classificam as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos dados usados no processo de mensuração. Há três níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 26.

A ITAÚSA e suas controladas acreditam que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado, no entanto, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros também são descritas em detalhes na Nota 26.

c) Provisões, Ativos e Passivos contingentes

A ITAÚSA e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na Nota 14.

O valor contábil dessas provisões em 31/03/2017 era de R\$ 1.170 (R\$ 1.041 em 31/12/2016).

d) Risco de variação do valor justo dos ativos biológicos

Foram adotadas várias estimativas para avaliar as reservas florestais de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC 29 / IAS 41 – “Ativo biológico e produto agrícola”. Essas estimativas foram baseadas em referências de mercado, as quais estão sujeitas a mudanças de cenário que poderão impactar as informações contábeis consolidadas. Nesse sentido, uma queda de 5% nos preços de mercado da madeira em pé provocaria uma redução do valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 50, líquido dos efeitos tributários. Caso a taxa de desconto apresentasse uma elevação de 0,5%, provocaria uma redução no valor justo dos ativos biológicos da ordem de R\$ 10, líquido dos efeitos tributários.

As metodologias utilizadas para avaliar o valor justo de ativos biológicos também são descritas em detalhes na Nota 11.

e) Benefícios de planos de previdência

O valor atual dos ativos relacionados a planos de previdência depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas (Nota 23b). Entre essas premissas usadas na determinação dos valores está a taxa de desconto e condições atuais de mercado. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão os correspondentes valores contábeis.

f) Perda (impairment) estimada do ágio

A ITAÚSA e suas controladas testam anualmente ou se houver algum indicador a qualquer tempo, eventuais perdas no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.4j. O saldo poderá ser impactado por mudanças no cenário econômico ou mercadológico.

Notas Explicativas

ITAÚSA

2.4 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) CONSOLIDAÇÃO

I. Subsidiárias

De acordo com o CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas”, as subsidiárias são entidades nas quais a ITAÚSA possui controle. A ITAÚSA controla uma entidade quando está exposta a, ou possui direitos a, seus retornos variáveis oriundos do envolvimento com a entidade e possui a habilidade de afetar tais retornos.

A tabela a seguir apresenta as entidades sob controle conjunto da ITAÚSA que são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nestas demonstrações contábeis e as subsidiárias consolidadas integralmente.

	País de constituição	Atividade	Porcentagem do capital em 31/03/2017	Porcentagem do capital em 31/12/2016
Joint Ventures				
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Brasil	Holding	66,53%	66,53%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Brasil	Holding/Instituição Financeira	37,29%	37,36%
Consolidação Integral				
Duratex S.A.	Brasil	Madeira, Louças e Metais Sanitários	35,52%	35,53%
Elekeiroz S.A.	Brasil	Produtos Químicos	96,60%	96,60%
Itaúsa Empreendimentos S.A.	Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Itautec S.A.	Brasil	Tecnologia da Informação	98,93%	97,80%
ITH Zux Cayman Ltd.	Ilhas Cayman	Holding	100,00%	100,00%
RT Diamond Multimercado Crédito Privado Fundo de Investimento	Brasil	Fundo de Investimentos Exclusivo	100,00%	100,00%

II. Combinação de Negócios

A contabilização de combinações de negócios de acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios” somente é aplicável quando um negócio é adquirido. De acordo com o CPC 15 / IFRS 3, um negócio é definido como um conjunto integrado de atividades e de ativos conduzidos e administrados com o propósito de fornecer retorno aos investidores ou redução de custos ou ainda outros benefícios econômicos. Um negócio geralmente consiste em um conjunto integrado de atividades e ativos que é capaz de ser conduzido e administrado com a finalidade de oferecer um retorno, na forma de dividendos, custos mais baixos ou outros benefícios econômicos, diretamente aos investidores ou outros sócios, membros ou participantes. Se existe ágio em um conjunto de atividades e de ativos transferidos, presume-se que este é um negócio. Para as aquisições que atendem a definição de negócio, a contabilização pelo método da compra é requerida.

O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos entregues, instrumentos de patrimônio emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data da troca, adicionados os custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos identificáveis em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente a valor justo na data de aquisição, independentemente da existência de participação de não controladores. O excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como ágio.

O tratamento do ágio é descrito na Nota 2.4 j. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente no resultado.

Para cada combinação de negócios o adquirente deve mensurar qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo ou pelo valor proporcional de sua participação nos ativos líquidos da adquirida.

III. Transações com acionistas não controladores

O CPC 36 / IAS 27 – “Demonstrações Consolidadas” determina que alterações de participação em uma subsidiária, que não resultam em alteração de controle, são contabilizadas como transações de capital e qualquer diferença entre o valor pago e o valor correspondente aos acionistas não controladores é reconhecida diretamente no patrimônio líquido consolidado.

Notas Explicativas

ITAÚSA

b) CONVERSÃO DE MOEDAS ESTRANGEIRAS

I. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da ITAÚSA e suas controladas estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. Para cada investimento detido, a ITAÚSA e suas controladas definiram a moeda funcional, conforme previsto no CPC 02 / IAS 21 - "Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis".

Os ativos e passivos de subsidiárias com moeda funcional diferente ao Real são convertidos como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal;
- Ganhos e perdas de conversão são registrados na rubrica Outros resultados abrangentes.

II. Transações em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado como resultado financeiro.

No caso de ativos monetários classificados como disponíveis para venda, as diferenças cambiais que resultam de uma mudança no custo amortizado do instrumento são reconhecidas no resultado enquanto as diferenças cambiais que resultam de outras mudanças no valor contábil, exceto perda por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em Outros resultados abrangentes até o desreconhecimento ou redução ao valor recuperável.

c) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A ITAÚSA e suas controladas definem como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), Aplicações e Ativos Financeiros com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

d) ATIVOS FINANCEIROS

I. Classificação

A ITAÚSA e suas controladas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para o qual foram adquiridos. As classificações utilizadas são: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor Justo Através do Resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação.

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e são classificados no ativo circulante.

(b) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos para os quais a entidade tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento, exceto quando designados, no reconhecimento inicial, pelo valor justo através do resultado.

Notas Explicativas

ITAÚSA

(c) Empréstimos e Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos que não são cotados em um mercado ativo e que possuem pagamentos fixos ou determináveis. Os ativos financeiros reconhecidos pela ITAÚSA e suas controladas nessa categoria de instrumentos financeiros são principalmente: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e títulos e valores mobiliários.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores.

I. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos. Neste último caso, desde que a ITAÚSA e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como disponíveis para venda, são reconhecidas na conta "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Resultado Financeiro".

Os dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda, como os investimentos em ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da ITAÚSA e suas controladas de receber dividendos.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a ITAÚSA e suas controladas estabelecem o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria da ITAÚSA e suas controladas.

II. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

III. *Impairment* de ativos financeiros

(i) Ativos mensurados ao custo amortizado

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada período do relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios utilizados para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

Notas Explicativas

ITAÚSA

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do devedor, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o devedor declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos devedores na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se uma conta a receber ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a ITAÚSA e suas controladas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

(ii) Ativos Classificados como Disponíveis para Venda

A ITAÚSA e suas controladas avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos da dívida, a Itaúsa e suas controladas utiliza os critérios mencionados em (I) acima.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão dessa perda é reconhecida na demonstração de resultado.

e) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E ATIVIDADES DE HEDGE

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio de resultado.

Os derivativos são contratados como uma forma de administração de riscos financeiros, sendo que a política da ITAÚSA é a de não contratar operações com derivativos alavancados.

Embora não tenha como política a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), a ITAÚSA designou determinadas dívidas ao valor justo por meio do resultado, dada a existência de ativos financeiros derivativos diretamente relacionados a empréstimos, como forma de eliminar o reconhecimento de ganhos e perdas em diferentes períodos.

Notas Explicativas

ITAÚSA

f) CLIENTES

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros Resultados Operacionais", na demonstração do resultado.

g) ESTOQUES

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores líquidos de realização, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal).

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

h) INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E ENTIDADES CONTROLADAS EM CONJUNTO

I. Associadas

De acordo com CPC 18 / IAS 28 – “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, associadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em associadas e entidades controladas em conjunto inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

II. Entidades Controladas em Conjunto (*Joint Ventures*)

De acordo com o CPC 19 / IAS 31 – “Negócios em Conjunto”, investimentos em negócios em conjunto são classificados como operações em conjunto ou empreendimentos controlados em conjunto (“*Joint Ventures*”).

A classificação depende dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui ao invés da estrutura legal do negócio em conjunto.

A participação da ITAÚSA e de suas controladas nos lucros ou prejuízos de suas empresas não consolidadas pós-aquisição é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado. A participação na movimentação em reservas do Patrimônio Líquido de suas empresas não consolidadas é reconhecida em suas reservas correspondentes do Patrimônio Líquido. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação da ITAÚSA e de suas controladas nas perdas de uma empresa não consolidada for igual ou superior à sua participação em empresas não consolidadas, incluindo quaisquer outros recebíveis, a ITAÚSA e suas controladas não reconhecem perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da empresa não consolidada.

Os ganhos não realizados das operações entre a ITAÚSA e suas controladas e suas empresas não consolidadas são eliminados na proporção da participação da ITAÚSA e suas controladas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda por redução ao valor recuperável do ativo transferido. As políticas contábeis das empresas não consolidadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela ITAÚSA e suas controladas.

Notas Explicativas

ITAÚSA

Se a participação acionária na empresa não consolidada for reduzida, mas a ITAÚSA e suas controladas mantiverem influência significativa ou controle compartilhado, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros Resultados Abrangentes será reclassificada no resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em empresas não consolidadas, são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado, na rubrica “Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto”.

i) IMOBILIZADO

De acordo com o CPC 27 / IAS 16 – “Ativo Imobilizado”, o imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Tais taxas são apresentadas na Nota 9.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada período.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam os ativos a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos imobilizados são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36 – “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupo de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável, os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa independentes (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica “Outros Resultados Operacionais”.

j) ATIVO INTANGÍVEL - ÁGIO

De acordo com o CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”, ágio é o excesso entre o custo de uma aquisição e o valor justo da participação do comprador nos ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida na data de aquisição. O ágio não é amortizado, mas seu valor recuperável é avaliado anualmente ou quando exista indicação de uma situação de perda por redução ao valor recuperável, com a utilização de uma abordagem que envolve a identificação das unidades geradoras de caixa e a estimativa de seu valor justo menos seu custo de venda e/ou seu valor em uso.

Conforme definido no CPC 01 / IAS 36 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, uma unidade geradora de caixa é o menor agrupamento de ativos capazes de gerar fluxos de caixas independentemente das entradas de caixa atribuídas a outros ativos e outros grupos de ativos. O ágio é alocado para as unidades geradoras de fluxo de caixa para propósito do teste do valor recuperável. A alocação é efetuada para aquelas unidades geradoras de caixa em que são esperados benefícios em decorrência da combinação de negócio.

O CPC 01 / IAS 36 determina que uma perda por redução ao valor recuperável deve ser reconhecida para a unidade geradora de caixa se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que seu valor contábil. A perda deve ser alocada para reduzir, primeiramente o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade geradora de caixa e, em seguida, dos outros ativos da unidade em uma base pro-rata do valor contábil de cada ativo. A perda não pode reduzir o valor contábil de um ativo abaixo do maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e seu valor em uso. A perda por redução ao valor recuperável do ágio não pode ser revertida.

Os ágios das empresas não consolidadas são apresentados como parte do investimento no Balanço Patrimonial consolidado na rubrica Investimentos em associadas e entidades controladas em conjunto e a análise do valor recuperável é realizada em relação ao saldo total dos investimentos (incluindo o ágio).

Notas Explicativas

ITAÚSA

k) ATIVO INTANGÍVEL – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis compreendem bens incorpóreos, incluem softwares e outros ativos e são reconhecidos inicialmente ao custo. Os ativos intangíveis são reconhecidos quando provem de direitos legais ou contratuais, seu custo pode ser mensurável confiavelmente e, no caso de intangíveis não oriundos de aquisições separadas ou combinações de negócios, é provável que existam benefícios econômicos futuros oriundo do seu uso. O saldo de ativos intangíveis refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente.

Os ativos intangíveis podem ser de vida útil definida ou indefinida. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

A ITAÚSA e suas controladas avaliam, no mínimo anualmente, seus ativos intangíveis a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis, bem como uma possível reversão nas perdas por redução de valores recuperáveis. Se tais indicações forem identificadas, os ativos intangíveis são testados a fim de avaliar se seus valores contábeis são plenamente recuperáveis. De acordo com o CPC 01 / IAS 36, perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração Consolidada do Resultado. O valor recuperável do ativo é definido como o maior valor entre o valor justo menos seu custo de venda e o valor em uso. Para fins de avaliar eventual redução no valor recuperável os ativos são agrupados ao nível mínimo para o qual podem ser identificados fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa). A avaliação pode ser feita ao nível de um ativo individual quando o valor justo menos seu custo de venda pode ser determinado de forma confiável.

Conforme previsto pelo CPC 04 / IAS 38 – “Ativo Intangível”, a ITAÚSA e suas controladas elegeram o modelo de custo para mensurar seus ativos intangíveis após seu reconhecimento inicial.

l) ATIVOS BIOLÓGICOS

As reservas florestais são reconhecidas ao seu valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita conforme Nota 11. Para plantações imaturas (até um ano de vida), considera-se que o seu custo se aproxima ao seu valor justo. Os ganhos ou perdas surgidos do reconhecimento de um ativo biológico ao valor justo, menos os custos de venda, são reconhecidos na demonstração de resultado. A exaustão apropriada na demonstração do resultado é formada pela parcela do custo de formação e da parcela referente ao diferencial do valor justo.

Os custos na formação desses ativos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os efeitos da variação do valor justo do ativo biológico são apresentados em conta própria da demonstração de resultado.

m) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar e Obrigações Fiscais – Imposto Renda e Contribuição Social Correntes, respectivamente.

O componente diferido representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais, somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais – Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos e Obrigações Fiscais – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda e o imposto sobre *hedges* de fluxo de caixa. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos em Outros resultados abrangentes e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Notas Explicativas

ITAÚSA

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas. O imposto de renda e a contribuição social são calculados às alíquotas abaixo apresentadas e consideram, para efeito de cálculo as respectivas bases, a legislação vigente pertinente a cada encargo, que no caso das operações no Brasil são iguais para todos os períodos apresentados:

Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social	9%

Para determinar o nível adequado de provisões para impostos a serem mantidas para posições tributárias incertas é usada uma abordagem de duas etapas segundo a qual um benefício fiscal é reconhecido se uma posição tiver mais probabilidade de ser sustentada do que de não o ser. O montante do benefício é então mensurado para ser o maior benefício fiscal que tenha mais de 50% de probabilidade de ser realizado.

n) BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

Planos de pensão - contribuição definida

As controladas da ITAÚSA oferecem Plano de Contribuição Definida a todos os colaboradores, administrados pela Fundação Itaúsa Industrial. O regulamento do plano prevê a contribuição das patrocinadoras entre 50% e 100% do montante aportado pelos colaboradores. A ITAÚSA e suas controladas já ofereceram Plano de Benefício Definido a seus colaboradores, mas esse plano está em extinção com acesso vedado a novos participantes.

Em relação ao Plano de Contribuição Definida, não há obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que essas contribuições levarem a uma redução efetiva dos pagamentos futuros.

o) PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE AÇÕES

Os planos de outorga de ações são contabilizados de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 – “Pagamento baseado em ações” que determina que a entidade calcule o valor dos instrumentos patrimoniais outorgados com base no valor justo dos mesmos na data da outorga das opções. Esse custo é reconhecido durante o período de carência para aquisição do direito de exercício dos instrumentos.

O montante total a ser lançado como despesa é determinado pelo valor justo das opções outorgadas excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e condições de carência para performance que não de mercado (especialmente empregados que permaneçam na entidade durante um período de tempo específico). O cumprimento de condições de carência que não de mercado estão incluídos nos pressupostos referentes ao número de opções que se espera que sejam exercidas. No final de cada período, a entidade revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam exercidas baseados nas condições de carência que não de mercado. É reconhecido o impacto da revisão de estimativas originais, se for o caso, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no Patrimônio Líquido.

Quando as opções são exercidas, as controladas geralmente entregam ações em tesouraria para os beneficiários.

O valor justo das opções de ações é estimado utilizando-se modelos de precificação de opções que levam em conta o preço de exercício da opção, a cotação atual, a taxa de juros livre de risco e a volatilidade esperada do preço da ação sobre a vida da opção.

Todos os planos para outorga de opções de ações estabelecidos pelas controladas correspondem a planos que podem ser liquidados exclusivamente com a entrega de ações – Nota 16.

Notas Explicativas

ITAÚSA

p) EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método a taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

q) CAPITAL SOCIAL E AÇÕES EM TESOURARIA

Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Ações em Tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações em tesouraria que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada como uma redução ou um aumento em Reservas Integralizadas. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra Reservas integralizadas, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

r) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada ano com pagamentos trimestrais, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de cada trimestre. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo quando aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral. Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações Contábeis como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do Resultado do período.

s) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da ITAÚSA pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação em cada exercício. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

Notas Explicativas

ITAÚSA



O lucro por ação é apresentado com base nas duas classes de ações emitidas pela ITAÚSA. Ambas as classes, ordinárias e preferenciais, participam nos dividendos praticamente na mesma base, exceto pelo fato de as ações preferenciais terem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de R\$ 0,01 por ação. O lucro por ação é calculado com base nos lucros distribuídos (dividendos e juros sobre o capital próprio) e não distribuídos da ITAÚSA após o reconhecimento do efeito da preferência acima indicada, independentemente de os lucros serem ou não totalmente distribuídos. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 / IAS 33 – “Resultado por Ação”.

t) RECEITAS

Receita de Vendas de produtos e serviços

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa quanto à sua realização.

u) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 / IFRS 8 – “Informações por segmento” determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A ITAÚSA considera que seu Comitê Executivo é o tomador de decisões operacionais.

A ITAÚSA possui os seguintes segmentos de negócios: área de serviços financeiros e área industrial subdividida em Duratex, Itautec e Elekeiroz.

As Informações por Segmento estão apresentadas na Nota 24.

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Para os fins da demonstração consolidada de fluxos de caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens (montantes com prazos originais de vencimento igual ou inferior a 90 dias):

	31/03/2017	31/12/2016
Disponibilidades	64	50
Aplicações em Renda Fixa e Fundos de Investimentos	360	319
Certificado de Depósitos Bancários	1.157	1.399
Operações Compromissadas	1.026	666
Total	2.607	2.434

Destacamos que no período não ocorreram transações de investimento e financiamento que não afetaram o caixa ou equivalentes de caixa.

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31/03/2017	31/12/2016
Letra Financeira Subordinada	59	61
Letra Financeira do Tesouro	378	249
Total	437	310

NOTA 5 - CLIENTES

Contas a receber	31/03/2017	31/12/2016
Clientes no país	945	892
Clientes no exterior	101	105
Partes Relacionadas	41	37
<i>Impairment</i>	(102)	(100)
Total	985	934

A seguir, são demonstrados os saldos de contas a receber por idade de vencimento:

Vencimentos	31/03/2017	31/12/2016
A vencer	916	897
Vencidos até 30 dias	37	22
Vencidos de 31 a 60 dias	9	7
Vencidos de 61 a 90 dias	4	5
Vencidos de 91 a 180 dias	14	12
Vencidos há mais de 180 dias	107	91
Total	1.087	1.034

Apresentamos a seguir a movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(100)	(59)
Constituição	(5)	(49)
Reversão	-	1
Baixa de títulos	3	7
Saldo Final	(102)	(100)

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 6 – OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

a) Outros Ativos

	31/03/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Outros Ativos Financeiros						
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	-	101	101	-	99	99
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a Receber	508	-	508	1.004	-	1.004
Valores a Receber da Venda de Imobilizado	33	36	69	31	37	68
Ativos de Planos de Aposentadoria (Nota 23)	6	122	128	5	126	131
Créditos com Precatório	-	11	11	-	10	10
Retenção de Valores na Aquisição de Empresas	3	21	24	3	20	23
Fomento nas Operações Florestais	-	13	13	-	14	14
Venda de Energia Elétrica	8	-	8	9	-	9
Valores a Receber Parceria Oki Electric Industry Co. Ltd.	-	3	3	55	-	55
Outros	14	1	15	20	8	28
Total	572	308	880	1.127	314	1.441
Outros Ativos Não Financeiros						
Despesas Antecipadas	23	-	23	14	-	14
Propriedade para Investimento	-	27	27	-	28	28
Ativo Mantido para Venda	-	20	20	-	20	20
Outros	30	-	30	-	23	23
Total	53	47	100	14	71	85

b) Outros Passivos

	31/03/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Fornecedores	302	-	302	246	-	246
Provisão de Pessoal	109	-	109	115	-	115
Sociedade em Conta de Participação ^(*)	31	94	125	38	94	132
Adiantamento de Clientes	8	5	13	8	5	13
Aquisição de Empresas	20	32	52	20	32	52
Fretes e Seguros a Pagar	16	-	16	15	-	15
Comissões a Pagar	10	-	10	8	-	8
Aquisição Áreas Reflorestamento	6	-	6	12	-	12
Garantia de Produtos, Assistência Técnica e Manutenção	15	4	19	15	4	19
Arrendamento Mercantil	-	10	10	-	10	10
Passivos Provisionados com Parceiros <i>Joint Operation</i>	-	23	23	-	22	22
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	15	-	15	-	-	-
Outras Contas a Pagar	40	43	83	55	39	94
Total	572	211	783	532	206	738

(*) Valor da participação dos sócios terceiros em projetos de reflorestamento, onde a Duratex, através de sua controlada Duratex Florestal, contribuiu com ativos florestais, basicamente florestas e os sócios investidores contribuíram com recursos em espécie.

NOTA 7 – ESTOQUES

	31/03/2017	31/12/2016
Matéria-Prima, Auxiliares e Embalagens	275	279
Produtos Acabados	367	391
Produtos em Elaboração	116	121
Almoxarifado Geral	122	121
Adiantamento a Fornecedores	1	2
Provisão para Perdas nos Estoques	(6)	(7)
Total	875	907

O custo dos estoques reconhecido no resultado do período é incluído em "Custo dos Produtos e Serviços" e totalizou R\$ 921 (R\$ 900 de 01/01/2016 a 31/03/2016).

Notas Explicativas

ITAÚSA

Em 31 de março de 2017 e 31 de dezembro de 2016 as controladas da ITAÚSA não possuíam estoques dados em garantia.

NOTA 8 – INVESTIMENTOS

I) ITAÚSA

a) Patrimônio Líquido das Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Patrimônio Líquido	Controladas em Conjunto		Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Patrimônio Líquido em 01/01/2016							
Capital Social	85.148	12.430	1.868	322	272	262	47
Ações em Tesouraria	(4.353)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.290)	(557)	459	-	-	-	-
Reservas	31.014	16.384	2.233	133	-	43	-
Outros	1.733	-	-	-	(195)	-	(45)
Saldo Contábil em 01/01/2016	112.252	28.257	4.532	455	77	305	2
Movimentações de 01/01 a 31/03/2016							
Resultado Líquido	5.711	619	(31)	(16)	(12)	-	-
Ações em Tesouraria	97	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(3.841)	(130)	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	(752)	(197)	(15)	-	-	-	-
Outras Movimentações	(380)	(119)	(9)	-	-	-	-
Patrimônio Líquido em 31/03/2016							
Capital Social	85.148	12.430	1.868	322	272	262	43
Ações em Tesouraria	(4.144)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.042)	(754)	444	-	-	-	-
Reservas	32.720	16.754	2.193	117	-	43	-
Outros	1.405	-	-	-	(207)	-	(41)
Saldo Contábil em 31/03/2016	113.087	28.430	4.477	439	65	305	2
Patrimônio Líquido em 01/01/2017							
Capital Social	97.148	12.430	1.962	322	272	262	45
Ações em Tesouraria	(1.882)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(3.274)	(1.078)	398	-	-	-	-
Reservas	28.805	19.586	2.238	8	-	48	-
Outros	1.785	-	-	(219)	(216)	-	(43)
Saldo Contábil em 01/01/2017	122.582	30.938	4.570	111	56	310	2
Movimentações de 01/01 a 31/03/2017							
Resultado Líquido	(419)	(175)	(3)	(1)	(5)	1	-
Ações em Tesouraria	6.001	96	(8)	(1)	(5)	1	-
Ações em Tesouraria	180	-	-	-	-	-	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(6.612)	(209)	-	-	-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	480	126	4	-	-	-	-
Outras Movimentações	(468)	(188)	1	-	-	-	-
Patrimônio Líquido em 31/03/2017							
Capital Social	97.148	12.430	1.962	322	272	262	39
Ações em Tesouraria	(1.617)	-	(28)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.794)	(952)	402	-	-	-	-
Reservas	27.965	19.285	2.231	8	-	49	-
Outros	1.461	-	-	(220)	(221)	-	(37)
Saldo Contábil em 31/03/2017	122.163	30.763	4.567	110	51	311	2

Notas Explicativas

ITAÚSA

b) Participações Societárias nas Subsidiárias e Empresas Controladas em Conjunto

Abaixo apresentamos a composição do capital social das subsidiárias e das empresas controladas em conjunto, bem como as quantidades detidas pela ITAÚSA:

Participações Societárias	Controladas em Conjunto		Subsidiárias				
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itaotec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.
Ações Ordinárias em Circulação em 31/03/2016	3.047.037.403	710.454.184	663.079.679	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.047.040.198	710.454.184	665.565.438	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(2.795)	-	(2.485.759)	-	-	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 31/03/2016	2.881.647.042	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	3.036.875.751	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(155.228.709)	-	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/03/2016	5.928.684.445	1.061.396.457	663.079.679	31.485.170	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/03/2016	1.178.227.819	706.169.365	235.621.037	30.379.121	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.178.125.199	355.227.092	235.621.037	14.261.761	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	102.620	350.942.273	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 31/03/2016							
No Capital Social	19,87%	66,53%	35,53%	96,49%	97,80%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	38,66%	50,00%	35,53%	98,23%	97,80%	100,00%	100,00%
Ações Ordinárias em Circulação em 31/03/2017	3.351.741.143	710.454.184	689.298.742	14.518.150	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações do Capital Social	3.351.744.217	710.454.184	691.784.501	14.518.150	11.199.367	2.186.700	12.200.000
Ações em Tesouraria	(3.074)	-	(2.485.759)	-	(127.181)	-	-
Ações Preferenciais em Circulação em 31/03/2017	3.172.862.993	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações do Capital Social	3.230.563.326	350.942.273	-	16.967.020	-	-	-
Ações em Tesouraria	(57.700.333)	-	-	-	-	-	-
Total das Ações em Circulação em 31/03/2017	6.524.604.136	1.061.396.457	689.298.742	31.485.170	11.072.186	2.186.700	12.200.000
Ações de Propriedade da Itaúsa em 31/03/2017	1.296.050.600	706.169.365	244.868.698	30.379.121	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Ordinárias	1.295.937.718	355.227.092	244.868.698	14.261.761	10.953.371	2.186.700	12.200.000
Ações Preferenciais	112.882	350.942.273	-	16.117.360	-	-	-
Participação Societária Direta em 31/03/2017							
No Capital Social	(1) 19,86%	66,53%	35,52%	(3) 96,49%	98,93%	100,00%	100,00%
No Capital Votante	(2) 38,66%	50,00%	35,52%	98,23%	98,93%	100,00%	100,00%

(1) A Itaúsa detém participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A. de 19,86% e indireta de 17,43%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 26,2% de participação direta no Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 37,29% de participação no capital social.

(2) A participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A. é de 38,66% e indireta de 25,5%, através do investimento na Controlada em Conjunto IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A., que detém 51% de participação direta nas ações ordinárias do Itaú Unibanco Holding S.A., totalizando 64,16% de participação no capital votante.

(3) A Itaúsa detém participação direta na Elekeiroz S.A. de 96,49% e indireta de 0,11%, através do investimento na subsidiária Itaúsa Empreendimentos S.A., que detém 0,11% de participação direta na Elekeiroz S.A., totalizando 96,6% de participação no capital social.

Notas Explicativas

ITAÚSA

c) Movimentação dos Investimentos

Investimentos	Controladas em Conjunto		Subsidiárias					Total
	Itaú Unibanco Holding S.A.	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	Duratex S.A.	Elekeiroz S.A.	Itautec S.A.	Itaúsa Empreend. S.A.	ITH Zux Cayman company Ltd.	
Saldo do Investimento em 01/01/2016								
Participação Societária	22.336	18.800	1.603	440	75	305	2	43.561
Resultados Não Realizados	(13)	-	-	-	-	-	-	(13)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis	93	-	-	-	-	-	-	93
Saldo Contábil em 01/01/2016	22.416	18.800	1.603	440	75	305	2	43.641
Movimentações de 01/01 a 31/03/2016	135	115	(19)	(16)	(12)	-	-	203
Resultado de Participação Societária	1.725	412	(11)	(16)	(12)	-	-	2.098
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(1.350)	(86)	-	-	-	-	-	(1.436)
Outros Resultados Abrangentes	(150)	(131)	(5)	-	-	-	-	(286)
Outras Movimentações	(90)	(80)	(3)	-	-	-	-	(173)
Saldo do Investimento em 31/03/2016								
Participação Societária	22.475	18.915	1.584	424	63	305	2	43.768
Resultados Não Realizados	(13)	-	-	-	-	-	-	(13)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 22)	89	-	-	-	-	-	-	89
Saldo Contábil em 31/03/2016	22.551	18.915	1.584	424	63	305	2	43.844
Valor de Mercado em 31/03/2016 (*)	69.173	-	1.906	213	158	-	-	71.450
Saldo do Investimento em 01/01/2017								
Participação Societária	24.394	20.583	1.619	108	55	310	2	47.071
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 22)	79	-	-	-	-	-	-	79
Saldo Contábil em 01/01/2017	24.461	20.583	1.619	108	55	310	2	47.138
Movimentações de 01/01 a 31/03/2017	(131)	(115)	(4)	(1)	(5)	1	-	(255)
Resultado de Participação Societária	2.239	65	(3)	(1)	(5)	1	-	2.296
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(2.323)	(139)	-	-	-	-	-	(2.462)
Venda de Ações	-	-	(2)	-	-	-	-	(2)
Outros Resultados Abrangentes	95	84	1	-	-	-	-	180
Outras Movimentações	(142)	(125)	-	-	-	-	-	(267)
Saldo do Investimento em 31/03/2017								
Participação Societária	24.266	20.468	1.615	107	50	311	2	46.819
Resultados Não Realizados	(12)	-	-	-	-	-	-	(12)
Valor Justo Ativos/Passivos Identificáveis (Nota 22)	76	-	-	-	-	-	-	76
Saldo Contábil em 31/03/2017	24.330	20.468	1.615	107	50	311	2	46.883
Valor de Mercado em 31/03/2017 (*)	93.100	-	2.246	186	171	-	-	95.702

(*) Divulgado apenas para as Cias abertas.

Notas Explicativas

ITAÚSA

II - ITAÚSA CONSOLIDADO

a) Composição dos Investimentos em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto

	% de participação em 31/12/2016		31/12/2016			01/01 a 31/03/2016	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,36	64,16	122.582	24.461	81.955	5.711	1.725
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	30.938	20.583	-	619	412
Total				45.044			2.137

	% de participação em 31/03/2017		31/03/2017			01/01 a 31/03/2017	
	Total	Votante	Patrimônio Líquido	Investimento	Valor de Mercado	Resultado Líquido	Resultado de Participações
Itaú Unibanco Holding	37,29	64,16	122.163	24.330	93.100	6.001	2.239
IUPAR - Itaú Unibanco Participações	66,53	50,00	30.763	20.468	-	96	65
Outros	-	-	-	-	-	-	(*) (1)
Total				44.798			2.303

(*) Resultado não decorrente de lucro de empresas controladas.

b) Outras Informações

A tabela abaixo apresenta o resumo das informações das investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Ativos e Passivos (*)	31/03/2017	31/12/2016
Ativos	1.324.014	1.353.261
Caixa e Equivalente de Caixa	90.990	96.121
Ativos Financeiros	702.213	708.625
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil Financeiro	450.033	463.394
Ativos Fiscais	41.530	44.292
Demais Ativos	39.248	40.829
Passivos	1.191.081	1.219.668
Depósitos	324.926	329.414
Captações no Mercado Aberto	329.977	349.164
Outros Passivos Financeiros	318.504	331.918
Provisão de Seguros e Previdência Privada	161.822	154.076
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias	21.278	20.909
Demais Passivos	34.574	34.187

(*) Representado substancialmente pelo Itaú Unibanco Holding.

Outras Informações Financeiras - Itaú Unibanco Holding	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Receita de Juros e Rendimentos	40.270	38.707
Despesa de Juros e Rendimentos	(24.177)	(22.686)
Lucro Líquido Antes dos Impostos	9.405	10.675
Imposto de Renda e Contribuição Social (*)	(3.527)	(4.977)
Lucro Líquido	5.878	5.698
Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	6.001	5.711
Outros Resultados Abrangentes	480	(752)
Resultado Abrangente	6.481	4.959

(*) Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/15, que elevou a alíquota da CSLL para 20%, os créditos tributários foram contabilizados com base na expectativa de sua realização. Em 31/03/2017 e 31/12/2016 não existem Créditos Tributários não contabilizados.

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 9 – IMOBILIZADO

Ativos Imobilizados	Terrenos	Construções e Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizações em Andamento	Outros Ativos	Total
Saldo em 31/12/2015								
Custo	775	1.138	4.568	60	60	195	174	6.970
Depreciação Acumulada	-	(413)	(2.217)	(37)	(50)	-	(107)	(2.824)
Saldo Contábil, líquido	775	725	2.351	23	10	195	67	4.146
Movimentações de 01/01 a 31/03/2016								
Aquisições	-	2	8	1	-	35	2	48
Baixas	-	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Depreciação	-	(9)	(73)	(1)	(1)	-	(3)	(87)
Transferências	-	9	43	-	-	(53)	1	-
Outros	(5)	(3)	(8)	-	-	-	(1)	(17)
Saldo em 31/03/2016								
Custo	770	1.146	4.608	61	60	177	176	6.998
Depreciação Acumulada	-	(422)	(2.288)	(38)	(51)	-	(110)	(2.909)
Saldo Contábil, líquido	770	724	2.320	23	9	177	66	4.089
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	
Saldo em 31/12/2016								
Custo	755	1.119	4.675	61	60	125	200	6.995
Depreciação Acumulada	-	(445)	(2.444)	(40)	(51)	-	(122)	(3.102)
Impairment	-	(9)	(133)	(1)	-	(8)	-	(151)
Saldo Contábil, líquido	755	665	2.098	20	9	117	78	3.742
Movimentações de 01/01 a 31/03/2017								
Aquisições	-	(3)	(28)	(1)	(1)	(3)	5	(31)
Baixas	-	1	7	-	-	38	2	48
Baixas	-	-	(1)	-	-	-	-	(1)
Depreciação	-	(9)	(72)	(1)	(1)	-	(4)	(87)
Transferências	-	4	29	-	-	(40)	7	-
Impairment	-	-	7	-	-	-	-	7
Outros	-	1	2	-	-	(1)	-	2
Saldo em 31/03/2017								
Custo	755	1.125	4.712	61	60	122	209	7.044
Depreciação Acumulada	-	(454)	(2.516)	(41)	(52)	-	(126)	(3.189)
Impairment	-	(9)	(126)	(1)	-	(8)	-	(144)
Saldo Contábil, líquido	755	662	2.070	19	8	114	83	3.711
<i>Taxas Médias Anuais de Depreciação</i>	-	4%	5% a 20%	10%	10%	-	4% a 20%	

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 10 – INTANGÍVEL

Ativos Intangíveis	Software	Marcas e Patentes	Ágio por Rentabilidade Futura	Carteira de Clientes	Total
Saldo em 31/12/2015					
Custo	85	26	714	414	1.239
Amortização Acumulada	(52)	(2)	-	(161)	(215)
Saldo Contábil, líquido	33	24	714	253	1.024
Movimentações de 01/01 a 31/03/2016					
Aquisições	2	-	-	-	2
Amortização	(2)	-	-	(7)	(9)
Outros	-	(4)	5	(1)	-
Saldo em 31/03/2016					
Custo	87	22	719	413	1.241
Amortização Acumulada	(54)	(2)	-	(168)	(224)
Saldo Contábil, líquido	33	20	719	245	1.017
Taxas Médias Anuais de Amortização	20%	-	-	6,67%	
Saldo em 31/12/2016					
Custo	98	23	719	412	1.252
Amortização Acumulada	(59)	(3)	-	(189)	(251)
Impairment	(1)	(3)	-	-	(4)
Saldo Contábil, líquido	38	17	719	223	997
Movimentações de 01/01 a 31/03/2017					
Aquisições	2	-	-	-	2
Amortização	(2)	-	-	(6)	(8)
Saldo em 31/03/2017					
Custo	100	23	719	412	1.254
Amortização Acumulada	(61)	(3)	-	(195)	(259)
Impairment	(1)	(3)	-	-	(4)
Saldo Contábil, líquido	38	17	719	217	991
Taxas Médias Anuais de Amortização	20%	-	-	6,67%	

O Ágio por Rentabilidade Futura (*Goodwill*) é decorrente das seguintes aquisições:

	31/03/2017	31/12/2016
Aquisições		
Itaú Unibanco Holding (nota 22)	437	437
Satipel	188	188
Thermosystem	26	26
Cerâmica Monte Carlo	22	22
Deca Nordeste	17	17
DuchaCorona	5	5
Metalúrgica Jacarei	2	2
Outras Aquisições	22	22
Saldo Contábil, líquido	719	719

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 11 – ATIVOS BIOLÓGICOS (Reservas Florestais)

A ITAÚSA CONSOLIDADO, detém através de suas controladas indiretas Duratex Florestal Ltda., Tablemac S.A. e Caetex Florestal S.A., reservas florestais de eucalipto e de pinus e que são utilizadas preponderantemente como matéria prima na produção de painéis de madeira, pisos e componentes, e complementarmente para venda a terceiros.

As reservas funcionam como garantia de suprimento das fábricas, bem como na proteção de riscos quanto a futuros aumentos no preço da madeira. Trata-se de uma operação sustentável e integrada aos seus complexos industriais, que aliada a uma rede de abastecimento, proporciona elevado grau de autossuficiência no suprimento de madeira.

Em 31 de março de 2017, essas empresas possuíam aproximadamente 176,7 mil hectares em áreas de efetivo plantio (176,7 mil hectares em 31 de dezembro de 2016) que são cultivadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Alagoas e na Colômbia.

a) Estimativa do Valor Justo

O valor justo é determinado em função da estimativa de volume de madeira em ponto de colheita, aos preços atuais da madeira em pé, exceto para (i) florestas de Eucalipto com até um ano de vida e de Pinus até 4 anos de vida, que são mantidas a custo, em decorrência do julgamento que esses valores se aproximam de seu valor justo; e (ii) florestas em formação onde utiliza-se o método de fluxo de caixa descontado.

Os ativos biológicos estão mensurados ao seu valor justo, deduzidos os custos de venda no momento da colheita.

O valor justo foi determinado pela valoração dos volumes previstos em ponto de colheita pelos preços atuais de mercado em função das estimativas de volumes. As premissas utilizadas foram:

i. Fluxo de caixa descontado – volume de madeira previsto em ponto de colheita, considerando os preços de mercado atuais, líquidos dos custos de plantio a realizar e dos custos de capital das terras utilizadas no plantio (trazidos a valor presente) pela taxa de desconto de 10,1% a.a. em 31 de março de 2017 e em 31 de dezembro de 2016. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio ponderado de capital da Duratex S.A., o qual é revisado anualmente pela sua Administração.

ii. Preços – são obtidos preços em R\$/metro cúbico através de pesquisas de preço de mercado, divulgados por empresas especializadas em regiões e produtos similares aos da Duratex, além dos preços praticados em operações com terceiros, também em mercados ativos.

iii. Diferenciação - os volumes de colheita foram segregados e valorados conforme espécie (a) pinus e eucalipto, (b) região, (c) destinação: serraria e processo.

iv. Volumes – estimativa dos volumes a serem colhidos (6º ano para o eucalipto e 12º ano para o pinus), com base na produtividade média projetada para cada região e espécie. A produtividade média poderá variar em função de idade, rotação, condições climáticas, qualidade das mudas, incêndios e outros riscos naturais. Para as florestas formadas utilizam-se os volumes atuais de madeira. As estimativas de volume são corroboradas por inventários rotativos realizados por técnicos especialistas a partir do segundo ano de vida das florestas e seus efeitos incorporados nas demonstrações contábeis.

v. Periodicidade – as expectativas em relação ao preço e volumes futuros da madeira são revistos no mínimo trimestralmente ou na medida em que são concluídos os inventários rotativos.

Notas Explicativas**ITAÚSA****b) Composição dos Saldos**

O saldo dos ativos biológicos é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2017	31/12/2016
Custo de Formação dos Ativos Biológicos	994	966
Diferencial entre o Custo e o Valor Justo	572	563
Valor Justo dos Ativos Biológicos	1.566	1.529

As florestas estão desoneradas de qualquer ônus ou garantias a terceiros, inclusive instituições financeiras. Além disso, não existem florestas cuja titularidade legal seja restrita.

c) Movimentação

A movimentação dos saldos contábeis no início e no final do período é a seguinte:

	31/03/2017	31/12/2016
Saldo inicial	1.529	1.442
Variação do Valor Justo		
Preço Volume	43	158
Exaustão	(34)	(142)
Variação do Valor Histórico		
Formação	54	178
Exaustão	(26)	(107)
Saldo final	1.566	1.529
	01/01 a	01/01 a
	31/03/2017	31/03/2016
Efeitos no resultado do valor justo do ativo biológico	9	9
Variação do Valor Justo	43	36
Exaustão do Valor Justo	(34)	(27)

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 12 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A ITAÚSA e cada uma de suas subsidiárias apuram separadamente, em cada exercício, o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido.

a) Composição das Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social

Os montantes registrados como despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social nas demonstrações contábeis consolidadas são reconciliados com as alíquotas legais, como segue:

Imposto de Renda e Contribuição Social	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	2.081	1.942
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(708)	(660)
Acréscimos/Decréscimos aos Encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social Decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões	543	667
Resultado de Participação sobre o Lucro Líquido de Associadas e Entidades Controladas em Conjunto	783	726
Resultado de Investimentos no Exterior	(2)	(2)
Juros Sobre o Capital Próprio	(238)	(55)
Outras	-	(2)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(165)	7

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

I – O saldo e a movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é representado por:

	31/12/2015	Realização / Reversão	Constituição	31/12/2016
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	503	(66)	141	578
Créditos de Liquidação Duvidosa	8	(2)	5	11
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	3	(1)	-	2
Provisões para Passivos Contingentes	248	(19)	94	323
Outros	54	(24)	17	47
Total do Ativo Fiscal Diferido	816	(112)	257	961
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(51)	3	-	(48)
Valor Presente de Financiamento	(5)	-	(1)	(6)
Resultado do Swap	(129)	97	-	(32)
Depreciação	(10)	-	(3)	(13)
Planos de Pensão	(5)	4	(1)	(2)
Venda de Imóvel	(2)	-	(16)	(18)
Outras Obrigações	(50)	32	(1)	(19)
Ajustes CPCs / IFRS	(359)	1	-	(358)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(611)	137	(22)	(496)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	205	25	235	465

Notas Explicativas

ITAÚSA

	31/12/2016	Realização / Reversão	Constituição	31/03/2017
Ativo Fiscal Diferido				
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social	578	(62)	2	518
Créditos de Liquidação Duvidosa	11	-	-	11
Ajustes Valor de Mercado TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	-	2
Provisões para Passivos Contingentes	323	-	47	370
Outros	47	(11)	1	37
Total do Ativo Fiscal Diferido	961	(73)	50	938
Passivo Fiscal Diferido				
Reserva de Reavaliação	(48)	1	-	(47)
Valor Presente de Financiamento	(6)	2	-	(4)
Resultado do Swap	(32)	18	-	(14)
Depreciação	(13)	1	-	(12)
Planos de Pensão	(2)	-	(1)	(3)
Venda de Imóvel	(18)	2	-	(16)
Outras Obrigações	(19)	-	(23)	(42)
Ajustes CPCs / IFRS	(358)	19	-	(339)
Total do Passivo Fiscal Diferido	(496)	43	(24)	(477)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	465	(30)	26	461

II - A estimativa de realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	31/03/2017	31/12/2016
Ativo Fiscal Diferido:	937	961
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado até 12 meses	22	29
Ativo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	915	932
Passivo Fiscal Diferido	(476)	(496)
Passivo de imposto diferido a ser recuperado até 12 meses	(7)	-
Passivo Fiscal Diferido a ser recuperado após 12 meses	(469)	(496)
Ativo Fiscal Diferido Líquido	461	465

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 13 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade ⁽¹⁾	Encargos	Garantias	31/03/2017		31/12/2016	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Duratex						
BNDES	TJLP + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa	4	-	6	-
BNDES	TJLP + 2,7 % a.a.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	-	1	-	1
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	74	59	84	65
BNDES	4,6 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	3	2	4	2
BNDES	Selic + 2,16 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	1	1	1	1
FINAME	TJLP + 2,3 % a.a./ Pré 6 % a.a.	Alienação Fiduciária e Nota Promissória	10	48	10	36
FINAME	6,0 % a.a.	Alienação Fiduciária e Fiança	1	5	1	5
FUNDIEST	30 % do IGP-M a.m.	Fiança - Cia Ligna de Investimentos	30	68	28	74
FUNDOPEM	IPCA + 3 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	4	48	3	48
PROINVEST / PRO FLORESTA	IGP-M + 4 % a.a./IPCA + 6 % a.a.	Fiança - Cia Ligna e Hipoteca de bens	-	-	1	-
CREDITO EXPORTAÇÃO COM SWAP	8,0 % a.a.	-	59	-	39	20
CREDITO EXPORTAÇÃO	104,8 % a 107,5 % CDI	-	104	602	14	693
DESCONTO NPR	9,5 % a.a.	-	-	-	40	-
EXIM TJLP	TJLP + 3,3 % a.a.	Nota Promissória	1	115	1	115
EXIM SELIC	Selic + 3,6 % a.a.	Nota Promissória	-	53	-	51
Total moeda nacional			291	1.002	232	1.111
BNDES	Cesta de moedas + 2,2 % a.a.	Aval - Itaúsa	-	-	1	-
BNDES	US\$ + Libor + 1,6 % a.a.	Aval - Itaúsa	1	-	1	-
ACC	US\$ + 3,8 % a.a.	Nota Promissória	43	-	66	-
RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + Libor + 1,50 % a.a.	Nota Promissória	1	179	1	180
RESOLUÇÃO 4131 COM SWAP	US\$ + 2,11 % a 3,66 % a.a.	Nota Promissória	207	385	340	387
Total moeda estrangeira			252	564	409	567
Total Duratex			543	1.566	641	1.678
Duratex - Controladas						
BNDES	3,5 % e 5,5 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	1	26	1	26
BNDES	TJLP + 2,8 % a.a.	Aval - 70% Itaúsa e 30% Pessoa Física	2	53	2	52
FINAME	Pré 5,6 % e 9 % a.a.	Alienação Fiduciária e Aval Duratex	2	6	2	6
NOTA CREDITO EXPORTAÇÃO	104,9 % CDI	Aval - Duratex S.A.	37	106	7	141
NOTA DE CREDITO RURAL	12,75 % a.a.	Aval - Duratex S.A.	-	181	-	177
NOTA DE CREDITO RURAL	12,75 % a.a.	-	-	-	13	-
CRA	98% CDI	Fiança - Duratex S.A.	22	693	1	693
Total moeda nacional			64	1.065	26	1.095
CII	Libor + 3,95 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	2	-	3	-
DEG/CII	5,4 % a.a.	Penhor e hipoteca de equipamentos	11	2	10	2
LEASING	DTF + 2,0 %	Nota Promissória	-	1	1	2
Total moeda estrangeira			13	3	14	4
Total Duratex Controladas			77	1.068	40	1.099
Elekeiroz						
BNDES	TJLP + 1,72 % a 4,32 % a.a.	Aval - Itaúsa	13	29	15	32
BNDES	IPCA + 1,96 % a 2,26 % a.a.	Aval - Itaúsa	4	9	5	7
BNDES	3,0 % a 6,0 % a.a.	Aval - Itaúsa	1	2	1	2
FINEP	3,5 % a.a.	Aval - Itaúsa	2	6	2	7
NCE SAFRA	17,31% a.a.	Recebíveis	14	37	-	54
BNB	11,18 % a.a.	Aval - Itaúsa	2	26	-	28
Total moeda nacional			36	109	23	130
BNDES	Varição cambial + 2,03 % a 2,16 % a.a.	Aval - Itaúsa	3	5	4	7
NCE - ABC	Varição cambial + 5,60 % a.a.	Recebíveis	7	13	7	13
PRÉ PAGTO. EXP.	CDI + 5,22 % a.a.	-	-	-	5	1
4131 - ABC	Varição Cambial + 5,23% a.a.	Aval - Itaúsa	29	-	30	-
Total moeda estrangeira			39	18	46	21
Total Elekeiroz			75	127	69	151
Itautec						
FINEP	4,0 % a.a.	Aval - Itaúsa	15	-	14	4
ALFA CG	114,8 % a 115 % CDI	-	-	-	16	-
Total moeda nacional			15	-	30	4
Total Itautec			15	-	30	4
Total Itaúsa Consolidado			710	2.761	780	2.932

(1) Determinados empréstimos e financiamentos (que podem ser identificados como Com Swap) foram designados ao valor justo por meio do resultado.

Vencimento	31/03/2017	31/12/2016
2018	669	869
2019	777	765
2020	495	483
2021	89	82
2022	711	711
2023	10	9
2024	10	7
Demais	-	6
Total	2.761	2.932

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 14 – PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

A ITAÚSA e suas controladas, na execução de suas atividades normais, encontram-se envolvidas em provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis.

As respectivas provisões foram constituídas considerando a avaliação de probabilidade de perda pelos consultores jurídicos do grupo.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais e administrativos.

a) Ativos Contingentes:

A ITAÚSA e suas controladas estão discutindo judicialmente o ressarcimento de tributos e contribuições, bem como é parte em processos cíveis, nos quais possuem direitos ou expectativas de direitos a receber.

O quadro abaixo apresenta os principais processos que, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos, têm probabilidade de êxito considerada provável, sendo que os valores respectivos a esses processos não estão reconhecidos nas demonstrações contábeis.

	31/03/2017	31/12/2016
Tributário	234	230
Crédito Prêmio de IPI de 1960 a 1985	138	136
Correção Monetária dos Créditos com a Eletrobrás	12	14
INSS - SAT, Alteração da Alíquota Rural, Vale Transporte e Seguro Saúde	51	47
PIS e COFINS	21	23
Outros	12	10
Cível	18	17
Cobrança/Execução de Títulos Extrajudicial	15	14
Outros	3	3
Total	252	247

b) Provisões:

- **Tributárias:** As provisões equivalem ao valor principal dos tributos envolvidos em discussões administrativas ou judiciais, objeto de autolancamento ou lançamento de ofício, acrescido de juros e, quando aplicável, multa e encargos. Tal valor é objeto de provisão contábil independentemente da probabilidade de perda, quando se trata de obrigação legal, ou seja, o êxito na ação depende de ser reconhecida a inconstitucionalidade de lei vigente. Nos demais casos, a provisão é constituída sempre que a perda for considerada provável.
- **Trabalhistas:** têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à horas extras, doença ocupacional, equiparação salarial e em relação a responsabilidade subsidiária.
- **Cíveis:** os processos cíveis referem-se principalmente a ações por danos morais e materiais.

Notas Explicativas**ITAÚSA**

Segue abaixo a movimentação das provisões e os saldos dos depósitos judiciais vinculados:

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2015	664	87	20	771
Atualização Monetária	83	21	3	107
Constituição	189	34	3	226
Reversão	(17)	(12)	(3)	(32)
Pagamentos	-	(30)	(1)	(31)
Saldo Final	919	100	22	1.041
(-) Depósitos Judiciais	(30)	(15)	-	(45)
Saldo em 31/12/2016 após compensação Depósitos Judiciais	889	85	22	996

Provisões	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2016	919	100	22	1.041
Atualização Monetária	21	3	1	25
Constituição	107	7	-	114
Reversão	-	(3)	-	(3)
Pagamentos	-	(7)	-	(7)
Saldo Final	1.047	100	23	1.170
(-) Depósitos Judiciais	(30)	(16)	-	(46)
Saldo em 31/03/2017 após compensação Depósitos Judiciais	1.017	84	23	1.124

A principal discussão relativa às provisões tributárias está descrita a seguir:

- PIS e COFINS – Base de Cálculo – R\$ 947: Discute-se o direito de calcular e recolher as contribuições ao PIS e COFINS sem a inclusão na base de cálculo dos valores recebidos a título de Juros sobre o Capital Próprio.

c) Passivos Contingentes

A ITAÚSA e suas controladas possuem processos de natureza tributária, trabalhista e cível que apresentam, na opinião de seus assessores jurídicos, probabilidade de perda possível e não têm provisão constituída.

Em 31 de março de 2017, esses processos totalizavam R\$ 945 para causas tributárias, R\$ 41 para causas trabalhistas e R\$ 10 para causas cíveis.

As principais discussões de causas tributárias de probabilidade de perda possível são relacionadas pelos seguintes temas:

- IRRF, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS - Indeferimento de pedido de compensação – R\$ 384: Casos em que são apreciadas a liquidez e a certeza do crédito compensado;
- Tributação de Reserva de Reavaliação – R\$ 243: Discussão relativa à tributação de Reserva de Reavaliação nas operações societárias de cisão realizadas no período de 2006 e 2009;
- PIS e COFINS – Glosa de Créditos – R\$ 94: Discussão sobre restrição do direito ao crédito de certos insumos relacionados a estas contribuições;
- Incidência e Créditos de ICMS – R\$ 48: Discussão sobre a incidência, reconhecimento e utilização de créditos de ICMS;
- Divergências de Obrigações Acessórias – R\$ 19: Discussão sobre eventuais divergências entre as informações contidas nas obrigações acessórias;
- IRPJ e CSLL – Lucros Disponibilizados no Exterior - R\$ 14: Discussão sobre a base de cálculo para incidência desses tributos sobre os lucros auferidos no exterior;
- IRPJ e CSLL – Glosa de Créditos – R\$ 13: Discussão relativa à dedução do imposto pago no exterior pela controlada.

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 15 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO ITAÚSA****a) Capital Social**

O capital social autorizado é de 12.000.000.000 em ações escriturais, sem valor nominal, sendo até 4.000.000.000 em ações ordinárias e até 8.000.000.000 em ações preferenciais.

O Capital Social subscrito é de R\$ 36.405, representado por 7.403.288.624 ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.828.112.054 ordinárias e 4.575.176.570 preferenciais sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens:

- Prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,01 por ação, não cumulativo;
- Direito de, em eventual alienação de controle, ser incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurando-se dividendo igual ao das ações ordinárias.

Abaixo segue a composição e a movimentação das classes das ações do capital integralizado e conciliação dos saldos no final do exercício de 2016 e Março de 2017:

	Quantidade			Valor
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Em Circulação em 31/12/2015	2.595.391.868	4.159.251.428	6.754.643.296	32.325
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/12/2016	257.383.946	413.925.142	671.309.088	4.080
Aumento de Capital Mediante Capitalização de Reservas	-	-	-	4.080
Cancelamento de Ações em Tesouraria	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Bonificação de 10% em Ações	259.539.186	415.925.142	675.464.328	-
Ações Representativas do Capital Social em 31/12/2016	2.854.931.054	4.575.176.570	7.430.107.624	36.405
Residentes no País	2.854.100.005	2.735.820.552	5.589.920.557	27.389
Residentes no Exterior	831.049	1.839.356.018	1.840.187.067	9.016
Ações em Tesouraria em 31/12/2016	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2015	(2.155.240)	(2.000.000)	(4.155.240)	-
Ações Adquiridas	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Cancelamento de Ações	2.155.240	2.000.000	4.155.240	-
Em Circulação em 31/12/2016	2.828.112.054	4.575.176.570	7.403.288.624	36.405
Movimentações das ações do capital integralizado de 01/01 a 31/03/2017	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Cancelamento de Ações em Tesouraria	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Ações Representativas do Capital Social em 31/03/2017	2.828.112.054	4.575.176.570	7.403.288.624	36.405
Residentes no País	2.827.228.585	2.674.671.140	5.501.899.725	27.055
Residentes no Exterior	883.469	1.900.505.430	1.901.388.899	9.350
Ações em Tesouraria em 31/03/2017	-	-	-	-
Ações em Tesouraria em 31/12/2016	(26.819.000)	-	(26.819.000)	-
Cancelamento de Ações	26.819.000	-	26.819.000	-
Em Circulação em 31/03/2017	2.828.112.054	4.575.176.570	7.403.288.624	36.405

Notas Explicativas**ITAÚSA****b) Dividendos**

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% do lucro líquido, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações. As ações de ambas as espécies participam dos lucros distribuídos em igualdade de condições, depois de assegurado às ordinárias, dividendo igual ao mínimo prioritário anual de R\$ 0,01 por ação a ser pago às ações preferenciais. O dividendo mínimo pode ser pago em quatro parcelas ou mais, no mínimo trimestralmente ou com intervalos menores.

A antecipação trimestral do dividendo mínimo obrigatório, utiliza a posição acionária do último dia do mês anterior como base de cálculo, sendo o pagamento efetuado no primeiro dia útil do mês seguinte no valor de R\$ 0,015 por ação.

I. Cálculo

Lucro Líquido	1.921	
(-) Reserva Legal	(96)	
Base de Cálculo do Dividendo	1.825	
Dividendo Mínimo Obrigatório	456	25,00%

II. Provisionamento de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos

	Bruto	IRF	Líquido
Provisionado	517	(61)	456
Dividendos	111	-	111
1 parcela trimestral de R\$ 0,015 por ação paga em 03/07/2017	111	-	111
Juros sobre o Capital Próprio	406	(61)	345
1 parcela de R\$ 0,0549 por ação a ser declarada	406	(61)	345
Total em 31/03/2017 - R\$ 0,0616 líquido por ação	517	(61)	456
Total em 31/03/2016 - R\$ 0,0629 líquido por ação ⁽¹⁾	532	(64)	468

(1) Para melhor comparabilidade considerou-se as Bonificações.

c) Reservas Integralizadas

- Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, até o limite de 20% do Capital Social.

- Reservas estatutárias**

São constituídas visando:

- a equalização de dividendos com a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;
- reforçar o de Capital de Giro garantindo meios financeiros para a operação da companhia; e
- o aumento de Capital de Empresas Participadas de modo a garantir o direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas.

Notas Explicativas**ITAÚSA**

	31/03/2017	31/12/2016
Reservas de Lucros	12.243	12.370
Legal	1.050	954
Estatutárias	11.193	11.416
Equalização de Dividendos	5.970	5.402
Reforço do Capital de Giro	2.168	2.110
Aumento de Capital de Empresas Participadas	3.055	2.662
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais ^(*)	-	1.242
Outras Reservas	525	707
Total das Reservas na Controladora	12.768	13.077

(*) Refere-se aos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio declarados após 31 de dezembro de cada período.

Detalhamento das Reservas	Reserva de Lucros		Outras Reservas	Total das Reservas
	Reserva Legal	Reservas Estatutárias		
Saldo em 31/12/2016	954	11.416	707	13.077
Constituição de Reservas	96	1.308	-	1.404
Cancelamento de Ações	-	(204)	-	(204)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2017 - Exercício 2016	-	(1.242)	-	(1.242)
Transações com Subsidiárias e Controladas em Conjunto	-	(85)	(182)	(267)
Saldo em 31/03/2017	1.050	11.193	525	12.768

d) Reservas a Integralizar

Refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a distribuição de dividendos e da apropriação para a reserva legal. A integralização total desta reserva ocorre após a deliberação do conselho de administração, na Assembleia Geral Ordinária, no exercício seguinte ao das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 16 – PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES****Plano para Outorga de Opções de Ações – Duratex S.A.**

Conforme previsão Estatutária, a Duratex S.A. possui plano para outorga de opções de ações que tem por objetivo integrar executivos no processo de desenvolvimento da Duratex a médio e longo prazo, facultando participarem das valorizações que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital da Duratex.

As opções conferirão aos seus titulares o direito de, observadas as condições estabelecidas no Plano, subscrever ações ordinárias do capital autorizado da Duratex.

As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são propostos pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação, designado pelo Conselho de Administração da Duratex. Periodicamente, esse comitê submete à aprovação do Conselho de Administração propostas relativas à aplicação do Plano.

Só haverá outorga de opções com relação aos exercícios em que tenham sido apurados lucros suficientes para permitir a distribuição do dividendo obrigatório aos acionistas. A quantidade total de opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações da Duratex que os acionistas controladores e não controladores possuem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício.

O preço de exercício, a ser pago à Duratex, é fixado pelo Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação na outorga da opção. Para fixação do preço de exercício das opções o Comitê de Pessoas considera a média dos preços das ações ordinárias da Duratex nos pregões da BM&FBOVESPA, no período de, no mínimo, cinco e, no máximo, noventa pregões anteriores à data da emissão das opções, a critério desse comitê, facultado ainda, ajuste de até 30%, para mais ou para menos. Os preços estabelecidos são reajustados até o mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar.

Premissas	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Total de opções de ações outorgadas	2.787.050	2.678.901	2.517.951	1.333.914	1.875.322	1.315.360	1.561.061	1.966.869	1.002.550
Preço de exercício na data da outorga	11,82	15,34	9,86	16,33	13,02	10,21	14,45	11,44	5,74
Valor justo na data da outorga	8,88	7,26	3,98	7,04	5,11	5,69	6,54	4,48	4,00
Prazo limite para exercício	10 anos	10 anos	8 anos	8 anos	8,5 anos	8,8 anos	8,9 anos	8,1 anos	8,9 anos
Prazo de carência	1,5 anos	1,5 anos	3 anos	3 anos	3,5 anos	3,8 anos	3,9 anos	3,10 anos	3,9 anos

Para determinação desse valor foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2016
Volatilidade do preço da ação	36,60%	36,60%	46,20%	38,50%	32,81%	37,91%	34,13%	28,41%	39,82%
Dividend Yield	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de retorno livre de risco ⁽¹⁾	7,60%	7,20%	6,20%	7,10%	5,59%	4,38%	3,58%	6,39%	6,95%
Taxa efetiva de exercício	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%

(1) cupom IGP-M

A Duratex efetua a liquidação desse plano de benefícios entregando ações de sua própria emissão que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos executivos.

No ano de 2015 não houve outorga de opção de ações.

Notas Explicativas

ITAÚSA

Demonstrativo do valor e da apropriação das opções outorgadas:

Data da Outorga	Qtde. Outorgada	Data da Carência	Prazo para Vencimento	Preço Outorga	Saldo a Exercer		Preço Opção	Valor Total	Competência			Demais Períodos
					Dez/16	Mar/17			2007 a 2015	2016	2017	
31/01/2007	2.787.034	30/06/2008	até 31/12/2017	11,82	1.294.078	1.266.367	8,88	25	25	-	-	-
13/02/2008	2.678.887	30/06/2009	até 31/12/2018	15,34	1.340.260	1.321.788	7,26	19	19	-	-	-
30/06/2009	2.517.937	30/06/2012	até 31/12/2017	9,86	839.525	839.525	3,98	9	9	-	-	-
14/04/2010	1.333.914	31/12/2013	até 31/12/2018	16,33	808.763	801.545	7,04	9	9	-	-	-
29/06/2011	1.875.322	31/12/2014	até 31/12/2019	13,02	1.523.797	1.513.512	5,11	9	9	-	-	-
09/04/2012	1.290.994	31/12/2015	até 31/12/2020	10,21	780.997	776.474	5,69	6	6	-	-	-
17/04/2013	1.561.061	31/12/2016	até 31/12/2021	14,45	1.222.907	1.214.551	6,54	8	7	2	-	-
11/02/2014	1.966.869	31/12/2017	até 31/12/2022	11,44	2.144.813	2.134.363	4,48	9	4	2	1	2
09/03/2016	1.002.550	31/12/2019	até 31/12/2024	5,74	1.002.550	997.150	4,00	6	-	1	-	4
Soma	17.014.568				10.957.690	10.865.275		100	88	5	1	6
Efetividade de exercício								96,63%	96,63%	96,63%	96,63%	96,63%
Valor apurado								97	86⁽¹⁾	5⁽²⁾	1⁽³⁾	6⁽⁴⁾

(1) Valor contabilizado contra o resultado no período de 2007 a 2015.

(2) Valor contabilizado contra o resultado em 2016.

(3) Valor contabilizado contra o resultado no 1º trimestre de 2017.

(4) Valor a ser contabilizado contra o resultado nos demais períodos.

Em 31 de março de 2017, a Duratex S.A. possuía 2.485.759 ações em tesouraria, que poderão ser utilizadas para fazer face a um eventual exercício de opção.

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 17 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS**

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Receita Bruta de Vendas de Produtos e Serviços	1.481	1.390
Mercado Interno	1.308	1.173
Mercado Externo	173	217
Impostos e Contribuições sobre Vendas	(303)	(281)
Receita Líquida de Vendas de Produtos e Serviços	1.178	1.109

NOTA 18 – DESPESAS POR NATUREZA

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Varição do valor justo dos ativos biológicos	43	36
Varição nos estoques de produtos acabados	54	78
Matérias-primas e materiais de consumo	(667)	(669)
Remunerações, encargos e benefícios a empregados	(231)	(231)
Encargos de depreciação, amortização e exaustão	(141)	(140)
Despesas de transporte	(79)	(75)
Despesas de publicidade	(36)	(21)
Outras despesas	(94)	(103)
Total	(1.151)	(1.125)

As despesas por natureza acima descritas representam as seguintes rubricas da demonstração de resultado:

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Custo dos produtos e serviços	(921)	(900)
Despesas com vendas	(157)	(143)
Despesas gerais e administrativas	(73)	(82)
Total	(1.151)	(1.125)

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 19 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS**

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Reversões (provisões) para Contingências	-	(12)
Resultado de Plano Benefício	(2)	(1)
Amortização Intangível	(8)	(8)
Opções Outorgadas e Reconhecidas	(2)	(2)
Resultado na Venda de Investimento / Imobilizado	11	7
Créditos de Pis e Cofins sobre aquisição de matérias-primas	4	3
Receita de Aluguel	2	3
Outros	1	(7)
Total	6	(17)

NOTA 20 – RESULTADO FINANCEIRO

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	81	69
Variação cambial ativa	5	3
Atualizações monetárias	15	16
Juros e descontos obtidos	4	4
Outras	1	2
Total das Receitas Financeiras	106	94
Despesas Financeiras		
Encargos sobre financiamentos	(52)	55
Variação cambial passiva	(5)	(8)
Atualizações monetárias	(23)	(24)
Operações com derivativos	(50)	(145)
Taxas bancárias	(3)	(2)
Outras	(8)	(8)
Total da Despesas Financeiras	(140)	(132)
Total do Resultado Financeiro	(34)	(38)

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 21 – LUCRO POR AÇÃO**

O lucro por ação básico e diluído foi calculado conforme tabela a seguir, para os exercícios indicados.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível ao acionista da ITAÚSA pelo número médio de ações durante os períodos, excluindo-se o número de ações compradas pela empresa e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído, por sua vez, é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

Lucro Líquido Atribuível aos Acionistas Controladores	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Lucro Líquido	1.921	1.968
Dividendo Mínimo Não Cumulativo sobre as Ações Preferenciais	(46)	(46)
Subtotal	1.875	1.922
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias em um Valor por Ação Igual ao Dividendo Mínimo Pagável aos Acionistas Preferenciais	(28)	(29)
Subtotal	1.847	1.893
Lucro Acumulado a Ser Distribuído aos Detentores de Ações Ordinárias e Preferenciais em Bases Proporcionais:		
Aos Detentores de Ações Ordinárias	706	727
Aos Detentores de Ações Preferenciais	1.141	1.166
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Ordinárias	734	756
Total do Lucro Líquido Disponível para os Detentores de Ações Preferenciais	1.187	1.212
Média Ponderada das Ações em Circulação		
Ações Ordinárias	2.828.112.054	2.854.931.054
Ações Preferenciais	4.575.176.570	4.575.176.570
Lucro por Ação - Básico e Diluído - R\$		
Ações Ordinárias	0,26	0,26
Ações Preferenciais	0,26	0,26

O impacto da diluição do lucro por ação é menor que R\$ 0,01.

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 22 – COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS**

Em maio de 2010, o Bank of America Corporation vendeu sua participação no capital social do Itaú Unibanco Holding. As ações preferenciais foram negociadas no mercado e as ações ordinárias foram adquiridas pela ITAÚSA, que elevou sua participação direta e indireta no capital social do Itaú Unibanco Holding de 35,46% para 36,57%.

A data de 30 de junho de 2010 foi determinada para a aplicação do método de aquisição previsto no CPC 15 / IFRS 3 – “Combinação de Negócios”. A aplicação do método de aquisição consiste em efetuar o reconhecimento e mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e de quaisquer participações societárias de não-controladores na adquirida e efetuar o reconhecimento e mensuração do ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) ou do ganho proveniente de uma compra vantajosa.

Na data de aquisição a ITAÚSA registrou um ágio de R\$ 809 que foi alocado, considerando:

- (i) os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e a participação de não-controladores;
- (ii) a contraprestação pelo controle da adquirida; e
- (iii) ágio por rentabilidade futura (*goodwill*).

O quadro a seguir demonstra o saldo dos ativos e passivos identificáveis e o valor do ágio apurado, na proporção da aquisição de 1,22%:

	31/12/2016	Amortizações/ Realizações	31/03/2017
Intangíveis Amortizáveis			
Relacionamento com Cliente	27	(1)	26
Acesso exclusivo aos clientes de Varejo e Corretoras Imobiliárias	37	(4)	33
Outros	1	-	1
Total de Ativos Intangíveis amortizáveis (I)	65	(5)	60
Ativos Intangíveis não amortizáveis			
Marca Hipercard	2	-	2
Marca Itaú	65	-	65
Total Ativos Intangíveis não Amortizáveis (II)	67	-	67
Total alocado como Intangíveis (III = I + II)	132	(5)	127
Passivo fiscal Diferido (IV)	(53)	2	(51)
Total ágio alocado (V = III + IV)	79	(3)	76
Agio - Goodwill	437	-	437

Ativos intangíveis identificáveis e amortizáveis estão sendo reconhecidos no resultado no prazo de 2 a 16 anos de acordo com a vida útil definida com base na expectativa de benefício econômico futuro gerado pelo ativo.

Os ativos intangíveis não amortizáveis e o ágio residual que também representam expectativas de benefícios econômicos futuros, não possuem vida útil definida, e terão sua recuperação testada no mínimo anualmente pela administração.

Esta aquisição de ações representou um incremento de participação à ITAÚSA, sendo que a maior parte dos ativos e passivos identificados foi contabilizada na ITAÚSA com base em critérios de similaridade das operações anteriormente registradas, antes do incremento de participação. Da mesma forma ocorreu para as receitas, despesas e o lucro líquido da ITAÚSA.

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 23 – BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO**

Nos termos do CPC 33 / IAS 19 – “Benefícios a Empregados”, apresentamos a seguir as políticas praticadas pelas controladas da ITAÚSA quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

As controladas da ITAÚSA no Brasil fazem parte do grupo de patrocinadoras da Fundação Itaúsa Industrial (Fundação), entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade administrar planos privados de concessão de benefícios de pecúlios ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. A Fundação administra o Plano de Contribuição Definida – PAI – CD (“Plano CD”) e o Plano de Benefícios Definido - BD (“Plano BD”).

Os colaboradores contratados pelas empresas da Área Industrial e de Serviços contam com a opção de participar voluntariamente do Plano de Contribuição Definida – PAI – CD, administrado pela Fundação Itaúsa Industrial.

(a) Plano de Contribuição Definida – Plano CD

Este plano é oferecido a todos os colaboradores das patrocinadoras, e contava em 31 de março de 2017 com 8.861 participantes (8.940 em 31 de dezembro de 2016).

No Plano CD – PAI (plano de aposentadoria individual) não há risco atuarial e o risco dos investimentos é dos participantes.

Fundo Programa Previdencial

As contribuições das patrocinadoras que permaneceram no plano em decorrência dos participantes terem optado pelo resgate ou pela aposentadoria antecipada, formaram o fundo programa previdencial, que de acordo com regulamento do plano, vem sendo utilizado para compensação das contribuições das patrocinadoras.

O montante registrado no balanço patrimonial na rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 6a) é de R\$ 115 (R\$ 117 em 31 de dezembro 2016). Foi reconhecido no resultado do período a despesa de R\$ 2 (R\$ 1 de 01/01/2016 a 31/03/2016).

(b) Plano de Benefício Definido – Plano BD

É um Plano que tem como finalidade básica a concessão de benefícios que, sob a forma de renda mensal vitalícia, se destina a complementar, nos termos de seu regulamento, os proventos pagos pela Previdência Social. Este plano encontra-se em extinção, assim considerado por vedar o acesso de novos participantes.

O plano abrange os seguintes benefícios: a complementação de aposentadoria, por tempo de contribuição, especial, por idade, invalidez, renda mensal vitalícia, prêmio por aposentadoria e pecúlio por morte.

Em 31 de março de 2017, o saldo a receber decorrente da destinação de parte da reserva especial do Plano BD às patrocinadoras, registrado no balanço patrimonial da rubrica Outros Ativos Financeiros (Nota 6a), era de R\$ 13 (R\$ 14 em 31/12/2016), a ser realizado em 27 (vinte e sete) parcelas mensais.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/03/2017	31/03/2016
Taxa de Desconto	11,14% a.a.	12,60% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽¹⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade	Nula	Nula
Crescimento Salarial Futuro	7,23 % a.a.	7,38 % a.a.
Crescimento Benef. Previd. Social / Planos	4,85 % a.a.	5,00 % a.a.
Inflação	4,85 % a.a.	5,00 % a.a.

(1) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA – “Society of Actuaries”, entidade americana correspondente ao IBA – Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas;

A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 24 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

De acordo com as normas vigentes, um segmento operacional pode ser entendido como um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Que os resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais as informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

Os segmentos operacionais da ITAÚSA foram definidos de acordo com os relatórios apresentados ao Comitê Executivo para a tomada de decisão. Desta forma, os segmentos estão divididos em Área de Serviços Financeiros e Área Industrial.

A ITAÚSA é uma holding e suas controladas são: Duratex, Elekeiroz e Itaotec, que atuam na área industrial, e o Itaú Unibanco Holding, que atua na área financeira e sobre a qual temos controle conjunto.

As controladas da Itaúsa têm autonomia para definir seus padrões diferenciados e específicos na gestão e segmentação dos seus respectivos negócios.

• Área Financeira

O Itaú Unibanco Holding é uma instituição bancária que oferece, diretamente ou por intermédio de suas subsidiárias, uma ampla gama de produtos de crédito e outros serviços financeiros a uma base diversificada de clientes pessoas físicas e jurídicas, no Brasil e no Exterior.

A ITAÚSA exerce controle compartilhado nos negócios do Itaú Unibanco Holding. As informações das controladas em conjunto foram contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial e não foram consolidadas.

As demonstrações contábeis consolidadas do Itaú Unibanco Holding de 31 de março de 2017 podem ser acessadas no site <https://www.itau.com.br/relacoes-com-investidores/>.

• Área Industrial

No segmento industrial temos uma diversidade entre as empresas, por esse motivo segregamos a informação por empresa. Abaixo uma breve descrição dos produtos fabricados pelas empresas:

I) Duratex: fabrica metais sanitários, louças sanitárias e seus respectivos acessórios e chuveiros elétricos, negociados sob as marcas Deca e Hydra, que se destacam pela ampla linha de produtos, pelo design arrojado e pela qualidade superior; e fabrica painéis de madeira feitos a partir de pinus e eucalipto, amplamente utilizados na fabricação de móveis, com destaque para a chapa de fibra, o painel de aglomerado e os painéis de média, alta e super densidade, mais conhecidos como MDF, HDF e SDF, a partir dos quais, são fabricados pisos laminados (Durafloor) e revestimentos para teto e parede.

II) Elekeiroz: atua no mercado químico e tem por objetivo a industrialização e comercialização de produtos químicos e petroquímicos em geral, inclusive de tais produtos de terceiros, importação e exportação. A Companhia conta com uma capacidade de produção de produtos químicos de mais de 700 mil toneladas anuais nas suas unidades industriais, que são destinados fundamentalmente para o setor industrial, especialmente construção civil, vestuário, automotivo e alimentício.

III) Itaotec: tem como principal atividade a participação em sociedades no Brasil e no exterior, em especial naquelas que atuam na fabricação e comercialização de equipamentos de automações bancária e comercial e na prestação de serviços.

Notas Explicativas

ITAÚSA

	Janeiro a Março	ÁREA DE SERVIÇOS FINANCEIROS	ÁREA INDUSTRIAL			CONSOLIDADO ITAÚSA ⁽²⁾
		Itaú Unibanco Holding	Duratex ⁽¹⁾	Elekeiroz	Itautec	
Ativos Totais	2017	1.323.995	9.142	429	109	58.253
	2016	1.203.294	8.766	710	162	54.020
Receitas Operacionais ⁽³⁾	2017	53.138	952	225	1	3.481
	2016	50.985	901	206	3	3.246
Lucro Líquido	2017	6.001	(8)	(1)	(5)	1.916
	2016	5.711	(30)	(16)	(12)	1.949
Patrimônio Líquido (PL)	2017	122.163	4.567	110	52	50.754
	2016	113.087	4.501	439	65	48.033
Rentabilidade Anualizada sobre o Patrimônio Líquido Médio (%) ⁽⁴⁾	2017	20,1%	-0,7%	-4,1%	-35,0%	15,1%
	2016	20,5%	-2,6%	-14,4%	-68,4%	16,3%
Geração Interna de Recursos ⁽⁵⁾	2017	19.490	198	10	(4)	(26)
	2016	15.229	147	(3)	(6)	32

(1) O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE da Duratex correspondem aos valores das Demonstrações Consolidadas.

(2) O Consolidado Itaúsa inclui a consolidação de 100% das empresas controladas e apresenta valores líquidos das eliminações de consolidação e dos resultados não-realizados de operações intercompanhias. Os valores do Itaú Unibanco Holding S.A não foram consolidados e estão sendo avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(3) As Receitas Operacionais foram obtidas conforme segue:

- Itaú Unibanco Holding: Receita de Juros e Rendimentos, Receita de Dividendos, Ganho (Perda) Líquido com Investimentos em Títulos e Derivativos, Receita de Prestação de Serviços, Resultado de Operações de Seguros, Previdência e Capitalização antes das Despesas com Sinistros e de Comercialização e Outras Receitas.
- Duratex, Elekeiroz e Itautec: Vendas de Produtos e Serviços.
- Consolidado Itaúsa: Vendas de Produtos e Serviços e Resultado de Participação em Associadas e Entidades Controladas em Conjunto.

(4) Representa a relação entre o lucro líquido do período e o patrimônio líquido médio (dez'16 + mar) / 2.

(5) Refere-se aos recursos provenientes das operações obtidos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Obs. O Lucro Líquido, o Patrimônio Líquido e o ROE do Itaú Unibanco correspondem aos valores atribuíveis aos acionistas controladores.

A partir do 2º trimestre de 2016, o Itaú CorpBanca passou a ser consolidado nas demonstrações contábeis do Itaú Unibanco.

Notas Explicativas**ITAÚSA****NOTA 25 – PARTES RELACIONADAS**

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

As operações entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminadas nas demonstrações consolidadas e consideram, ainda, a ausência de risco.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Partes Relacionadas

	Consolidado			
	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	31/03/2017	31/12/2016	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Aplicações Financeiras	25	35	1	6
Itaú Unibanco S.A.	25	35	1	6
Clientes	42	37	33	41
Partes Relacionadas de Controladas (*)	42	37	33	41
Receitas (Despesas) de Prestação de Serviços	-	-	(11)	(2)
Itaú Corretora S.A.	-	-	(1)	(1)
Itaú Unibanco S.A.	-	-	(1)	1
Itaú Seguros	-	-	(9)	(2)
Total	67	72	23	45

(*) Referem-se à operações de venda de mercadorias da Duratex S.A. para Leo Madeiras Maqs. e Fer. S.A., Fibria Celulose e Leroy Merlin Cia. Bras. de Bricolagem (a Leroy Merlin deixou de ser parte relacionada a partir de 29/07/2016), além de custos com arrendamento rural com a Liqna Florestal Ltda.

Além das operações acima discriminadas, a ITAÚSA e partes relacionadas em associadas e entidades controladas em conjunto, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns, registraram em Despesas Gerais e Administrativas R\$ 1 de 01/01 a 31/03/2016, em função da utilização da estrutura comum.

Em 31 de Março de 2017 não houve a necessidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa envolvendo operações com partes relacionadas.

b) Garantias Prestadas

Além dessas transações, existem garantias prestadas pela ITAÚSA, representadas por operações de avais, fianças e outras, conforme abaixo:

	31/03/2017	31/12/2016
Duratex S.A.	195	211
Elekeiroz S.A.	130	138
Itautec S.A.	15	19
Total	340	368

Notas Explicativas**ITAÚSA****c) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração**

A remuneração dos executivos da administração da Itaúsa e de suas controladas foi:

	01/01 a 31/03/2017	01/01 a 31/03/2016
Remuneração	9	12
Participações no Lucro	5	3
Opções de Ações	1	1
Total	15	16

Notas Explicativas

ITAÚSA

NOTA 26 – GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

I) Fatores de Riscos Financeiros

Para entender os riscos inerentes à atividade da ITAÚSA, é preciso primeiro saber que o propósito da entidade é a gestão de participações societárias. Assim sendo, fica evidente que os riscos aos quais a ITAÚSA está sujeita são os riscos geridos pelas suas controladas e coligadas.

Quanto ao risco de liquidez, a previsão de fluxo de caixa da ITAÚSA é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, principalmente o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio e liquidação de outras obrigações assumidas.

O excesso de caixa da ITAÚSA é investido em títulos públicos e em cotas de fundos de investimentos.

Na data do relatório, a ITAÚSA mantinha Caixa e Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 1.026 (R\$ 666 em 31/12/2016), que se espera gerar prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

Com o propósito de manter os investimentos em níveis aceitáveis de risco, novos investimentos ou aumentos de participação são discutidos em reunião conjunta da Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da ITAÚSA.

Abaixo apresentamos os principais riscos das controladas ITAÚSA:

a) Risco de Mercado

(i) Risco Cambial

Variações nas taxas de câmbio podem resultar na redução dos valores dos ativos ou aumento dos passivos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Em função de seus procedimentos de gerenciamento de riscos, que objetivam minimizar a exposição cambial, são mantidos mecanismos de “*hedge econômico*” que visam proteger a maior parte de sua exposição cambial.

(ii) Operações com derivativos

Nas operações com derivativos não existem verificações, liquidações mensais ou chamadas de margem, sendo o contrato liquidado em seu vencimento, estando contabilizado a valor justo, considerando as condições de mercado, quanto a prazo e taxas de juros.

Abaixo os tipos de contratos existentes nas controladas:

- Contrato de *SWAP* US\$ x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas denominadas em Dólares em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *SWAP* Pré x CDI: esse tipo operação tem o objetivo de transformar dívidas com taxas pré fixadas de juros em dívidas indexadas ao CDI;
- Contrato de *NDF (Non Deliverable Forward)*: esse tipo de operação tem objetivo zerar a exposição cambial. Nesta operação o contrato é liquidado no seu respectivo vencimento, considerando-se a diferença entre a taxa de câmbio a termo (*NDF*) e a taxa de câmbio do fim do período (*Ptax*);
- O valor justo dos instrumentos financeiros foi calculado utilizando-se a precificação feita por meio do valor presente estimado, tanto para a ponta passiva quanto para a ponta ativa, onde a diferença entre as duas gera o valor de mercado do *SWAP*.

Notas Explicativas

ITAÚSA

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/03/2017	31/03/2017	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	37	41	(4)
Posição Ativa	836	922	41	(4)
Moeda Estrangeira (USD)	778	863	41	(4)
Taxa Pré-Fixada	58	59	-	-
Posição Passiva	(836)	(885)	-	-
CDI	(836)	(885)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	40	40	-	-
Compromisso de Venda	40	40	-	-
NDF	40	40	-	-

	Valor de Referência	Valor Justo	Efeito Acumulado	
	31/12/2016	31/12/2016	Valor a Receber	Valor a Pagar
Contratos de Swaps	-	94	98	(4)
Posição Ativa	959	1.120	98	(4)
Moeda Estrangeira (USD)	901	1.062	98	(3)
Taxa Pré-Fixada	58	58	-	(1)
Posição Passiva	(959)	(1.026)	-	-
CDI	(959)	(1.026)	-	-
Contratos de Futuro (NDF)	27	27	-	-
Compromisso de Venda	27	27	-	-
NDF	27	27	-	-

As perdas ou ganhos nas operações listadas no quadro foram compensados nas posições em juros e moeda estrangeira, ativas e passivas, cujos efeitos já estão expressos nas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

ITAÚSA

Análise de Sensibilidade

Abaixo segue demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para ITAÚSA e suas controladas, com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

Para as taxas das variáveis de risco utilizadas no Cenário Provável, foram utilizadas as cotações da BM&FBOVESPA / Bloomberg para as respectivas datas de vencimento.

Risco	Instrumento/Operação	Descrição	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Taxa de Juros	Swap - PRÉ / CDI	Aumento CDI	(1)	(2)	(3)
	Objeto de Hedge: empréstimo em taxas pré-fixadas		1	2	3
Cambial	Swap - US\$ / CDI (Res. 4131)	Queda US\$	60	(198)	(456)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	(60)	198	456
	NDF (US\$)	Queda US\$	(2)	(8)	(20)
	Objeto de Hedge: dívida em moeda estrangeira (US\$)	(Aumento US\$)	2	8	20
	Exportações a receber	(Queda US\$)	-	(4)	(8)
		Aumento US\$	-	4	8
	BNDES - Crédito Rotativo	Queda US\$	(2)	3	5
		(Aumento US\$)	-	(3)	(5)
	ACC - Desconto Cambial	Queda US\$	-	4	8
		(Aumento US\$)	-	(4)	(8)
Total			(2)	-	-

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O caixa aplicado tem rendimento indexado à percentual da variação do CDI, com resgate garantido pelos bancos emissores de acordo com as taxas contratadas. Não há outros ativos significativos cujo resultado seja afetado diretamente pelas mudanças de taxas de juros do mercado.

Para o passivo, o risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Tais empréstimos, em sua maioria, são indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), taxa que visa estimular os investimentos de longo prazo para o setor produtivo e que, historicamente, é inferior às taxas de financiamentos praticadas pelo mercado.

O risco dessas taxas de juros contratadas é acompanhado desde o início do financiamento, sendo política acompanhar as oscilações e projeções do mercado de juros, analisando eventual necessidade ou oportunidade de contratar-se *hedge* para essas operações.

b) Risco de Crédito

A política de vendas está diretamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas e limites individuais, são procedimentos adotados a fim de minimizar inadimplências ou perdas na realização das Contas a Receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, temos como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter investimentos concentrados em um único grupo econômico.

Notas Explicativas**ITAÚSA****c) Risco de Liquidez**

É o risco da ITAÚSA e suas controladas não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

O quadro abaixo demonstra os vencimentos dos passivos financeiros e as obrigações com fornecedores na data das demonstrações contábeis:

31/03/2017	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	710	1.446	1.295	20
Fornecedores e Outras Obrigações	320	18	-	33
Total	1.030	1.464	1.295	53

31/12/2016	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e Financiamentos/Debêntures	780	1.636	1.292	4
Fornecedores e Outras Obrigações	298	1	-	34
Total	1.078	1.637	1.292	38

II) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalente de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) e os empréstimos, financiamentos e debêntures, estejam próximo de seus valores justos. O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para ITAÚSA e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

As demonstrações contábeis estão em conformidade com o CPC 40 / IFRS 7 – “Instrumentos financeiros: evidenciação” para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação dessas mensurações pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1, que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);
- Nível 3: inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Notas Explicativas**ITAÚSA**

A seguir demonstramos os instrumentos financeiros consolidados por nível:

	Nível	31/03/2017	31/12/2016
Ativos⁽¹⁾		4.909	5.119
Caixa e Equivalentes de Caixa	1	64	50
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	2.543	2.384
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira Subordinada	2	59	61
Ativos Financeiros Mantidos para Negociação - Letra Financeira do Tesouro	1	378	249
Contas a Receber de Clientes	2	985	934
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	508	1.004
Depósitos Judiciais em Garantia de Contingências	2	101	99
Outros Ativos Financeiros	2	271	338
Passivos		5.253	6.077
Empréstimos / Financiamentos / Debêntures	2	3.471	3.712
Fornecedores / Outras Obrigações	2	371	333
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	2	1.411	2.032

(1) O valor justo dos investimentos controlados em conjunto não consolidados estão divulgados na nota 8 IIa.

NOTA 27 – EVENTOS SUBSEQUENTES**Aquisição de Participação na Nova Transportadora do Sudeste**

Em 04 de abril de 2017 a Itaúsa adquiriu participação na Nova Transportadora do Sudeste S.A. – NTS (“NTS”), empresa controlada pela Nova Infraestrutura Fundo de Investimentos em Participações (“FIP”), fundo gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.

A Itaúsa adquiriu sua participação na NTS pela compra de ações detidas pelo FIP, seguindo os mesmos termos e condições da operação formalizada entre o FIP e a Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”), que foi concluída em 04 de abril de 2017.

O valor do investimento pela Itaúsa nesta aquisição foi de US\$ 292,3 e resultou em uma participação final de 7,65% no capital social da NTS. Do valor investido, R\$ 696,9 foram pagos em 04 de abril de 2017 e US\$ 72,3 serão pagos em 5 anos a ser atualizado no período. Além da participação na NTS, a Itaúsa também adquiriu do FIP, na mesma data, debêntures conversíveis em ações emitidas pela NTS, com vencimento em 10 (dez) anos e no valor total de R\$ 442,1.

A NTS é detentora de autorizações para operação de 2.050 km de gasodutos na região Sudeste e tem 100% da sua capacidade de transporte de 158,2 milhões de m³ por dia contratada com a Petrobras através de cinco contratos de longo prazo na modalidade firme (“ship-or-pay”). As autorizações têm vencimento a partir de 2039 e os contratos de transporte atuais têm vencimento entre 2025 e 2031. Os gasodutos da NTS conectam Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (regiões responsáveis por aproximadamente 50% do consumo de gás no Brasil) ao gasoduto Brasil-Bolívia, aos terminais de GNL e às plantas de processamento de gás. A companhia tem suas tarifas reguladas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), as quais são anualmente reajustadas pelo IGP-M.

A Itaúsa terá o direito de indicar um membro ao conselho de administração da NTS (de um total de até 10 membros) e participará do acordo de acionistas juntamente com o FIP e a Petrobras.

Não se espera que esta operação acarrete efeitos significativos nos resultados da Itaúsa neste exercício.

Aquisição de Ações para Tesouraria

Em 13/04/2017 foram adquiridas 25.000.000 de ações ordinárias para tesouraria, ao custo total de R\$ 226.

Emissão de Debêntures

Reunido em 04/05/2017, o Conselho de Administração deliberou a emissão de debêntures até o valor de R\$ 1.200 com remuneração de 106,9% do CDI, ao ano, com pagamentos semestrais e amortização de 1/3 ao final do 5º, 6º e 7º ano.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board – (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, preparadas pela Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não estão adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 04 de maio de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2 SP 013846/O-1

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1 SP 120458/O-6

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da ITÁUSA - INVESTIMENTOS ITÁU S.A. (Itáusa) procederam ao exame das demonstrações contábeis do trimestre findo em 31.03.2017, que foram revisadas pela BDO RCS Auditores Independentes S/S (BDO) na qualidade de auditores independentes, em atendimento aos requerimentos estatutários, inclusive no que se refere às normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Em atendimento às práticas de Governança Corporativa, essas demonstrações contábeis foram também revisadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC), na qualidade de auditores independentes do Conglomerado, inclusive da empresa controladora da Itáusa. Ambos os auditores independentes emitiram relatórios sem ressalvas.

Os Conselheiros Fiscais verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista das manifestações da BDO e PwC acima mencionadas, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Itáusa no período. São Paulo (SP), 4 de maio de 2017. (aa) Tereza Cristina Grossi Togni – Presidente; Alexandre Barenco Ribeiro, Flavio Cesar Maia Luz, José Maria Rabelo e Paulo Ricardo Moraes Amaral – Conselheiros.

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Diretor de Relações com Investidores